



CADERNO DE TESES



CUT^{BRASIL}
Confederação Nacional do Ramo Químico

Data: 02, 03 e 04 de Julho de 2013

**Local: Hotel Solar das Andorinhas
Campinas/SP**

ÍNDICE

	TEMAS	PÁGINA
01	ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL	3
02	ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL	4
03	ANÁLISE DE CONJUNTURA SETORIAL	10
	- <i>Setor Farmacêutico</i>	11
	- <i>Setor Petroquímico e de Transformados Plásticos</i>	13
	- <i>Setor Químico e especialidades</i>	14
	- <i>Higiene pessoal, Perfumaria e Cosméticos</i>	14
	- <i>Setor de Celulose e Papel</i>	15
	- <i>Setor Mineral</i>	18
	- <i>Setor Petróleo</i>	19
	- <i>Setor Vidros</i>	21
	- <i>Setor Borracha</i>	22
04	BALANÇO DO MANDATO	24
05	ESTRUTURA SINDICAL DO RAMO QUÍMICO DA CUT	28
	- <i>Consolidar a Organização da CNQ por Ramo de Atividade Econômica</i>	29
	- <i>Reconhecimento da CNQ como Entidade Sindical Oficial</i>	29
	- <i>Consolidar o Papel das Secretarias Regionais e Setoriais</i>	30
	- <i>Alterações Estatutárias - Estrutura de Funcionamento da CNQ</i>	31
06	COMBATE A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO	34
07	ORGANIZAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO	36
08	TEMAS TRANSVERSAIS	38
	- <i>Políticas para a Mulher Trabalhadora do Ramo Químico</i>	38
	- <i>Políticas para a Juventude Trabalhadora do Ramo Químico</i>	40
	- <i>Política Racial para o Ramo Químico</i>	43
09	POLÍTICAS DE RESPEITO A DIVERSIDADE	44
	- <i>Pessoas com Deficiência</i>	44
	- <i>LGBT</i>	44
10	APOSENTADOS E PENSIONISTAS	45
11	REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	45
12	SAÚDE DO TRABALHADOR	46
13	APOSENTADORIAS ESPECIAIS	47
14	ACORDOS PRENSAS INJETORAS	47
15	FORMAÇÃO SINDICAL	48
16	PLANO DE LUTAS E AÇÕES	49

ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Com o esgotamento de um padrão de acumulação do capital que perdurou no período pós-guerra, o capitalismo ingressou em uma nova fase, impulsionando um conjunto de transformações que afetaram a estrutura social, política e econômica das mais diversas formas.
2. É no bojo desse movimento que um amplo processo de reestruturação do capital forjou seus espaços, visando a acelerar seu desenvolvimento, com fortes consequências para o mundo do trabalho e com reflexos importantes na própria organização da classe trabalhadora.
3. Nesse sentido, o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores/as foi relevante para abrir caminhos a esse movimento do capital, em sua nova etapa: um regime de acumulação predominantemente financeira. É importante ressaltar que essas mudanças aparecem inseridas no contexto de um conjunto de transformações em nível mundial e a crise financeira, que se iniciou em 2008, é mais uma das facetas desse novo regime de acumulação.
4. Para enfrentar a crise os países avançados injetaram no mercado internacional cerca de US\$ 9 trilhões de ativos. O efeito imediato dessa medida foi a desvalorização de suas moedas gerando, com isso, um processo de competitividade espúria baseada na desvalorização do câmbio.
5. Em períodos de crise a competitividade dos concorrentes aumenta; vendem seus produtos a preços menores, reduzem direitos, desmontam estruturas de proteção social. São mais de três anos de desemprego na Europa e milhões de desempregados.
6. Entre 2008 e 2009, para se evitar uma depressão na economia mundial, a maioria dos países adotou políticas fiscais contra cíclicas, entre os quais os países da zona do euro e os Estados Unidos, o que acabou elevando seus déficits fiscais e suas dívidas públicas. A solução adotada em 2011- 2012 é a adoção de política monetária, ou seja, a expansão através da emissão de moeda. Esse excesso de moeda em circulação coloca em risco todas as economias, especialmente os países emergentes.
7. Por outro lado, o setor industrial é o que mais sofre. Evidências indicam que há uma crise estrutural da indústria no mundo. Atualmente somente na Ásia a produção industrial cresce mais do que o PIB, nos demais há uma perda do peso industrial sobre o conjunto da economia.
8. Para vários especialistas estamos vivendo uma crise estrutural do capitalismo, que mostra a inviabilidade desse tipo de sistema. As economias capitalistas, deixadas a si mesmas, tendem a desenvolver fragilidades que, cedo ou tarde, tendem a levar a economia a um colapso.
9. Desde outubro de 2009 – quando o primeiro ministro da Grécia anunciou que seu país estava falido – a Europa atravessa uma crise sem precedentes, ameaçando a propria continuidade da União Europeia.
10. Analistas avaliam que o pior da crise já passou, todavia a situação ainda é bastante frágil. No entanto, a crise reforçou os mecanismos de integração entre alguns países, os mais afetados pela crise, tais como Grécia, Espanha, Portugal e Itália. As medidas de austeridade econômica e social elevaram os índices de desemprego, a redução dos salários e o retrocesso das condições de trabalho e das redes de proteção social.

11. Enquanto isso a margem estreita entre os dois candidatos à presidência dos Estados Unidos representou um recado de que as expectativas do primeiro governo de Obama não foram plenamente satisfeitas. Se, por um lado, ele conseguiu fazer a economia sobreviver a crise sem a adoção de medidas duras como as adotadas em alguns países da Europa, bem como aprovar um sistema de saúde universal e socorrer a indústria automobilística, por outro lado, viu o desemprego chegar a 7,8% e a dívida pública alcançar níveis elevadíssimos, mais de 16 trilhões de dólares no final de 2012. As eleições americanas demarcaram claramente que as ditas “minorias” são maioria do eleitorado e definem as eleições da maior potencia mundial. A vitória entre os latinos (71%), os negros (93%), os homossexuais, jovens e mulheres (55%), além disso, está colocado para o segundo mandato de Obama o desafio de solucionar a condição de 12 milhões de imigrantes que vivem no país clandestinamente.
12. A política externa americana praticamente não se alterou nesse governo, os Estados Unidos se juntaram a mais oito países para votar contra a resolução que reconhece o estado palestino, embora 138 dos 193 países que integram a ONU uniram seus votos em favor da mudança de estatutos.
13. Por outro lado, a América Latina vivenciará grandes acontecimentos no próximo período. A morte do Presidente Hugo Chaves abre um questionamento sobre o futuro do chamado “socialismo do século XXI” sem o seu principal protagonista, a Venezuela tem pela frente o desafio de consolidar as conquistas sociais obtidas com o “bolivarianismo”. As eleições no Paraguai marcadas para esse ano é uma grande incógnita, a esquerda se pulverizou entre vários candidatos o que pode significar a vitória de uma candidatura de direita.
14. Três situações tem causado tensão na Argentina. A primeira se refere ao embate com a mídia devido à proposta da “Lei da Mídia”, que estabelece a regulação das licenças e abrangência dos meios de comunicação no país, sendo considerada inibidora dos monopólios midiáticos. A segunda diz respeito a estatização da empresa petrolífera YPF, subsidiária da REPSOL, de origem espanhola. O argumento era o esvaziamento financeiro da empresa e o risco da soberania energética para o país. O terceiro trata do crescente descontentamento de parte dos sindicatos com a política econômica do governo, gerando manifestação de protesto em várias cidades. O argumento é o aumento dos impostos e a não concessão de aumentos salariais para os trabalhadores. Parte dos sindicatos que apoiava romperam recentemente com o governo.
15. A realização do Fórum Social Mundial de 2013 na Tunísia tem um significado profundo, trata-se de um país de origem muçulmana. O Fórum reafirma a luta por igualdade, justiça e respeito às diferenças de etnia e religião. Se propõe a ampliar a unidade dos movimentos sociais para enfrentar a ofensiva das multinacionais e dos governos opressores com vistas a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável onde haja um sistema de proteção social e do emprego.

ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL

16. Diferentemente das medidas adotadas pelos países da zona do Euro que estão enfrentando a crise com corte de gastos, aumento de impostos e retirada de direitos entre outras. No Brasil o enfrentamento da crise está se dando pelo reforço aos mecanismos de estímulo ao mercado interno e manutenção do

emprego, através da redução da taxa de juros e do spread bancário e programas de incentivo a produção e aos investimentos.

17. Nesse sentido, medidas como redução de impostos e desoneração da folha de pagamento constituem iniciativas importantes de enfrentamento a crise porque mantem o mercado interno aquecido, e isso só é possível com a manutenção dos empregos e do poder de compra dos trabalhadores uma vez que os salários representam mais de 40% da renda nacional.
18. Desde 2008 que o governo vem realizando uma inflexão, através da adoção de políticas anticíclicas, com isso aumentou o poder do estado sobre a economia.
19. O PIB brasileiro nos últimos cinco anos cresceu, em média, 3,2% ao ano. O PIB per capita evoluiu de R\$ 15.992 para R\$ 22.402, o crescimento foi de 40% ou de 8% ao ano.

Tabela 1 – comportamento do PIB e PIB per capita

Ano	PIB	PIB per capita (R\$)
2008	5,2%	15.992
2009	-0,3%	16.918
2010	7,5%	19.509
2011	2,7%	21.254
2012	0,9%	22.402

Fonte: IBGE

20. Em 2012 foram criados 1,3 milhão de empregos formais e a massa salarial cresceu 6% ao ano. Também houve aumento real de renda da população em 4% e um crescimento do financiamento para habitação, com aumento de 35% ao longo de 2012. Entre 2003 e 2012 foram criados 15.384.442 milhões de postos de trabalho, cresceu a participação do emprego com carteira sobre as demais modalidades de contratação.
21. A crescente formalização é decorrência da criação de empregos mais qualificados e da ação do Ministério do Trabalho atuando junto às empresas que não registram seus funcionários. Entretanto, 64% das mulheres e 55% dos homens ocupados/as recebem até 2 salários mínimos. A alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro impede que os/as trabalhadores/as possam sustentar seus ganhos reais.
22. O salário mínimo em valores nominais cresceu 182%, descontado a inflação a valorização foi de 60% entre 2003 e 2013.

Gráfico 1 – Dados de pobreza



23. A participação dos pobres sobre o total da população cai de forma progressiva desde 2003, Entre 2003 e 2010 o número de pobres caiu 52%, acima das metas definidas pela ONU que previa essa redução até 2015, o Brasil alcançou esse resultado já em 2010.

Tabela 2 – Distribuição das classes sociais em relação ao total da população

Classes	2003	2011
Classes A,B	13,3 milhões	22,5 milhões
Classe C	65,9 milhões	105,5 milhões
Classes D,E	96,2 milhões	63,6 milhões

Fonte: Ministério da Fazenda

24. Entretanto, um dos grandes desafios é aprovar a reforma política no congresso nacional, mesmo restringindo-se apenas a alterações no processo eleitoral que impeça a interferência do poder econômico, exija partidos e candidaturas mais programáticas ainda assim revela a pouca disposição dos parlamentares para a reforma.
25. Por outro lado, a convivência com setor empresarial não tem sido nada amistosa. Apesar do acúmulo de capital que detêm, as empresas brasileiras estão longe de atenderem aos apelos da presidente para ampliar os investimentos produtivos. Uma pesquisa mostra que as 221 maiores companhias com ações negociadas na

bolsa de valores detêm R\$ 240 bilhões em caixa. Antes da crise dos anos 2007-2009, esse montante era duas vezes menor.

26. A justificativa é o “risco governo”, os empresários acusam o governo de desmontar as metas que garantiram a estabilidade econômica nos últimos anos: metas de inflação, câmbio flutuante e ajuste fiscal.
27. A prioridade do governo é a economia: retração do PIB, desindustrialização, equilíbrio fiscal, garantia de superávit primário, metas de inflação, controle da taxa de juros. Uma justificativa de prioridade econômica é o aumento contínuo da oferta de empregos formais com uma melhora na arrecadação de impostos diretos.
28. O pano de fundo é a questão da taxa de juros da dívida pública. Os detentores de dinheiro não gostaram da queda da SELIC no patamar de um dígito (7,25%). A dívida pública se transformou em um mero instrumento do mercado financeiro e pela queda da taxa de juros diminuiu os rendimentos de seus credores. Além disso, o peso da dívida sobre o PIB caiu de 60,4% em 2002 para 32,7% em 2013.
29. As medidas implementadas pelo governo federal para incrementar o crescimento econômico e reduzir os custos de produção, estão expressas no Plano Brasil Maior. E parte dessas medidas se referem a redução dos juros para o crédito. Não investir retendo 240 bilhões de reais, é uma posição nitidamente política.

O Plano Brasil Maior

30. Um dos grandes desafios desse governo é retomar a atividade produtiva e ampliar o peso da indústria de transformação sobre o PIB. Em 1980 a indústria de transformação representava 33% do PIB, em 2012 caiu para 13%, e hoje representa 17,5% dos empregos e 17,3% da massa salarial, por outro lado cresce a participação do setor serviços, responsável por mais de 50% do PIB. Na medida em que se reduz a participação da indústria, cresce a participação dos produtos básicos em nossa pauta de exportação. Nos últimos anos nossa indústria concentrou-se em segmentos intensivos em recursos naturais (petróleo, celulose, minério) e em escala (petroquímico e siderúrgico). Da mesma forma em que reduz a participação dos setores mais intensivos em tecnologia, como o setor de eletrônicos, meios de produção e química, indústria farmacêutica e indústria intensiva em mão-de-obra (setor têxtil, calçados e vestuário).
31. O grande volume de importações provenientes da China tem consequências imediatas na produção industrial e no emprego. Além disso, outro processo que está associado a esse se refere aos processos produtivos básicos, as empresas multinacionais estão montando dentro de suas próprias unidades áreas específicas como de injeção plástica ou fabricando as peças de plástico em outros locais em que o custo do trabalho é muito menor e trazem apenas para a montagem, isso vem ocorrendo na região de Manaus com a indústria de transformados plásticos.
32. A guerra fiscal ainda assombra parte da indústria, especialmente a de produtos farmacêuticos em que as vantagens competitivas oferecidas pelos municípios, principalmente da região centro-oeste, atua como um atrativo as empresas. Os salários pagos nessa região representam em torno de 30% dos salários de São Paulo.

Tabela 3 – Participação dos setores na pauta de exportação

	2000	2011
Produtos básicos	18%	49%
Semimanufaturados	17%	18%
Manufaturados	65%	35%

Fonte: SECEX

33. Desde 2011 que o governo vem anunciando um conjunto de medidas que beneficiam diretamente o capital produtivo; redução de IPI e PIS/Confins, desoneração da folha de pagamento para mais de 40 setores econômicos, entre eles a indústria de transformados plásticos, farmacêuticos e o setor de celulose papel; redução de juros por parte do BNDES para financiar investimentos na atividade produtiva; regime especial de exportação; políticas protecionistas através da taxação de mais de 100 itens importados, como forma de proteger a indústria nacional; preferência das compras governamentais com margens de até 25%, a indústria de produtos farmacêuticos e fármacos foi diretamente beneficiada com essa medida.
34. Uma das medidas mais significativas é a redução das tarifas de energia elétrica e dos tributos da cesta básica. Segundo declarações da própria FIESP, para a indústria, energia elétrica tem o mesmo peso que o câmbio e a taxa de juros. Além disso, a redução de 18% no peso da energia consumida pelas famílias vai contribuir para a redução das pressões inflacionárias nos orçamentos familiares.
35. A desoneração dos tributos da cesta básica prevê redução de até 12% para alguns produtos e terá um impacto de R\$ 5,5 bilhões nos cofres públicos em 2013 e R\$ 7,4 bilhões de diminuição dos tributos para a população em 2014. A redução também terá um impacto nos índices da inflação, uma vez que a alimentação é um dos principais componentes do IPCA com peso de 23%.
36. Em 2012 as desonerações somaram R\$ 46 bilhões e devem chegar a R\$ 53 bilhões em 2013.

Tabela 4 – Lista dos produtos desonerados

Item	Alíquotas Anteriores Vigentes no Varejo	
	IPI	PIS/PASEP/ COFINS
		Alíquota
Carne Bovina – Fresca ou Congelada	0%	9,25%
Carne Suína – Fresca ou Congelada	0%	9,25%

Carne de Aves – Fresca	0%	9,25%
Carnes de Caprinos ou Ovinos – Fresca ou Congelada	0%	9,25%
Peixes	0%	9,25%
Café Moído, Torrado ou Solúvel	0%	9,25%
Açúcar	5%	9,25%
Óleos Vegetais	0%	9,25%
Margarina	0%	9,25%
Manteiga	0%	9,25%
Sabonetes	5%	12,5%
Dentifrício	0%	12,5%
Papel Higiênico	0%	9,25

Fonte: Ministério da Fazenda

Avaliação da atuação nos conselhos de competitividade

37. Em 2012 foram criados os conselhos de competitividade da indústria no âmbito do governo federal. Dos 19 conselhos formados o ramo químico estava presente no setor de petróleo, petroquímico e químico, complexo de saúde, setor de higiene pessoal, minérios, celulose e papel.
38. Os conselhos foram constituídos com o propósito de avançar na formulação de proposições que contribuíssem para enfrentar os problemas e fragilidades da indústria, melhorando as condições competitivas do país e ampliando a capacidade de diálogo entre o poder público, os empresários e os trabalhadores. A experiência possibilitou que nos apropriássemos do diagnóstico dos setores.
39. Entretanto, esses espaços serviram mais como caixa de ressonância das demandas dos setores empresariais do que propriamente espaços de diálogo tripartite. Praticamente não se avançou em questões relacionadas à demanda dos trabalhadores. Há um entendimento no qual compartilham empresários e representantes do governo de que a adoção de medidas de estímulo a indústria repercutirão positivamente no nível e na qualidade do emprego, como uma decorrência natural. O trabalho não é tratado como um componente fundamental das políticas de estímulo e incentivo as empresas e as demandas dos trabalhadores devem ser tratadas na relação direta entre capital e trabalho.

Movimentos sociais

40. As lutas sociais devem crescer em 2013. Os movimentos sociais estão percebendo de maneira crescente, que é necessária maior articulação e unificação de suas pautas, para que essas possam adquirir mais visibilidade social e, portanto, maior incidência política.
41. Em 2012 várias iniciativas impulsionaram essa articulação, tanto na área urbana como na área rural. Os movimentos de moradia, por exemplo, vêm crescendo nesta interlocução conjunta com o Governo Federal, na apresentação de suas pautas com relação ao programa Minha Casa, Minha Vida e outros programas, cobrando a participação social dos municípios e nos empreendimentos públicos.
42. Os movimentos sociais do campo realizaram um encontro nacional em 2012, com o propósito de unificar a sua leitura do modelo de desenvolvimento em curso e propuseram uma pauta unificada de lutas, que diz respeito a reforma agrária, às políticas públicas para os pequenos agricultores e populações tradicionais.
43. A definição de estratégias até o final do atual governo é decisiva com relação às políticas governamentais. A tendência é de que os movimentos sociais, sabendo dessa realidade, fortalecerão cada vez mais as suas lutas, tanto para cobrar acordos feitos durante a primeira metade do atual mandato, como para exigir novos compromissos até o seu final.
44. Nesse sentido, o tema que vem crescendo cada vez mais na agenda dos diversos movimentos sociais, especialmente na agenda da CUT é o do modelo de desenvolvimento que se deseja, ou seja, o Brasil que queremos. Retomar esse debate e aprofundar a proposta de modelo de desenvolvimento voltado para o fim da exclusão social, para a superação das desigualdades sociais, regionais, de gênero e de raça; por uma ampla reforma política; para a democratização dos meios de comunicação e pelo respeito à imensa diversidade territorial étnico-cultural no Brasil.
45. Nos anos últimos 10 anos, a classe trabalhadora constituiu novas dimensões de capacidade de organização e protagonismo político. No entanto, no Brasil do século XXI ainda lutamos contra o trabalho escravo e infantil, a proteção da vida dos/as trabalhadores/as é muito insuficiente (com intensificação dos acidentes e adoecimentos provocados pelo trabalho), ainda convivemos com formas flexíveis de remuneração do trabalho, o mercado de trabalho ainda é promotor do aprofundamento das desigualdades para mulheres, negros e jovens, o tempo de vida social é cada vez mais ocupado pelo tempo de trabalho ao exercermos majoritariamente jornadas superiores à legalmente permitida e a democracia ainda não chegou aos locais de trabalho, com forte liberdade empresarial para utilizar a força de trabalho da forma mais adequada às suas necessidades de acumulação capitalista.

ANÁLISE DE CONJUNTURA SETORIAL

46. Em 2011 a receita total do ramo alcançou a cifra de aproximadamente R\$ 700 bilhões. Na indústria farmacêutica o Brasil é o 5º maior mercado mundial e o primeiro na América Latina, na indústria de cosméticos e perfumaria o Brasil é o 3º maior mercado mundial, perdemos apenas para os Estados Unidos e Japão. A indústria química brasileira ocupava em 2011 a sexta posição no ranking mundial. No segmento de tintas o Brasil é o 5º maior do mundo e no de defensivos agrícolas, o país representa o 2º maior mercado mundial.

47. A produção nacional de químicos responde por aproximadamente 69% das vendas locais. Ela vem perdendo espaço desde 2006, quando era de 75%. A tendência de perda de participação é devido à concentração da produção local em commodities (químicos básicos), à crescente demanda por produtos mais específicos, não produzidos localmente ou à menor competitividade das matérias-primas locais, em decorrência dos preços do gás natural e da nafta, muito acima do mercado internacional.
48. Outra característica é a elevada concentração do setor na primeira fase da cadeia, pois é requerida uma maior intensidade de capital, os principais fornecedores mundiais são empresas petrolíferas ou grandes grupos químicos, dentre as quais: Basf, Dow Chemical, Dupont, entre outras. No segmento de químicos básicos, a Petrobrás e a Braskem são importantes fornecedores para os segmentos de 2º e 3º geração. No caso do segmento de especialidades, os principais fornecedores são empresas multinacionais.

Indústria farmacêutica

49. A indústria farmacêutica faturou mais de R\$ 45 bilhões em 2012 o que representa crescimento de 16% em relação ao ano anterior. O setor é formado por grandes empresas mundiais que investem no Brasil pela sua dimensão e mercado. O mercado brasileiro de medicamentos cresce de forma contínua e sustentável o que dá segurança as empresas de continuarem ampliando seus investimentos em nosso país.
50. Os 20 maiores laboratórios do setor de medicamentos instalados no Brasil representam 60,7% do mercado. Destes, 13 pertence a empresas multinacionais, o que representa 65% do total. Os cinco maiores são: **EMS, Medley, Aché, Sanofi-Aventis e Eurofarma.**
51. Há duas categorias de medicamentos, os que têm seus preços liberados e definidos no mercado e os preços controlados. Em torno de 23 mil medicamentos estão sujeitos a um reajuste de preços determinado pelo governo. Entre os medicamentos controlados existem três níveis de preços.
52. O reajuste determinado segue uma metodologia proposta pelo governo que considera a produtividade do setor, a produção, o emprego e o comportamento da inflação.
53. Estamos vivenciando um momento bastante favorável para os seguimentos econômicos que dependem principalmente das vendas dentro do país, o nosso mercado interno se expande favorecido pela queda da taxa de juros e pela valorização do salário mínimo o que beneficia de forte direta a indústria farmacêutica.
54. Entretanto, o Brasil não desenvolveu internamente uma indústria de fármacos (produção do princípio ativo) tornando assim o mercado brasileiro altamente dependente dos importados. Estima-se que a importação de fármacos atinge 85% do total, sendo responsável por 3% da totalidade das importações brasileiras e um dos grandes responsáveis pelo déficit na balança comercial do setor químico.
55. Por tratar-se de um setor estratégico, defendemos o desenvolvimento de centros de pesquisa para a produção de fármacos no Brasil, da mesma forma que uma política que equalize os tributos em âmbito nacional como forma de enfrentar a guerra fiscal nos estados; redução do preço dos medicamentos e concessão de

empréstimos através das linhas do BNDES para as empresas geradoras de empregos.

56. O elevado grau de internacionalização das empresas farmacêuticas é crescente no decorrer das últimas décadas, as dez maiores empresas multinacionais da indústria farmacêutica são responsáveis por aproximadamente 45% das vendas totais. A maior concentração decorre de um intenso processo de fusões e aquisições no decorrer da última década.
57. O setor demanda vultosos gastos em pesquisa e desenvolvimento. A indústria farmacêutica destina para P&D em torno de 19% das vendas. Estima-se que atualmente sejam necessários cerca de US\$ 890 milhões para o desenvolvimento de um novo medicamento (Febráfarma, 2008). Entretanto há um grande questionamento sobre o que é classificado pela indústria como gasto com P&D e com marketing (Gadelha, 2007). Esta controvérsia ocorre porque o objetivo do processo competitivo volta-se para o lançamento de novos produtos, o que envolve tanto atividades de P&D quanto de marketing. Em geral, para as grandes empresas da indústria, as big pharma, estima-se que os mesmos representem o dobro dos gastos alocados em P&D. As atividades de maior intensidade tecnológica tendem a se concentrar nos países desenvolvidos, em 2004, Estados Unidos e Europa (20 empresas farmacêuticas) respondiam por cerca de 90% dos gastos globais de P&D da indústria farmacêutica.
58. Existem aproximadamente 550 indústrias farmacêuticas operando no Brasil, as empresas transnacionais respondem por 65,1% da oferta de medicamentos e o seu faturamento é 3 vezes maior que o das nacionais. Os laboratórios oficiais em atividade totalizam 19. O BNDES em 2010 desembolsou empréstimos ao setor no montante de R\$ 242 milhões, dobrou em relação ao ano de 2009 que havia sido de 132 milhões de reais.

Perspectivas e desafios para Desenvolvimento do Complexo de Saúde no Brasil

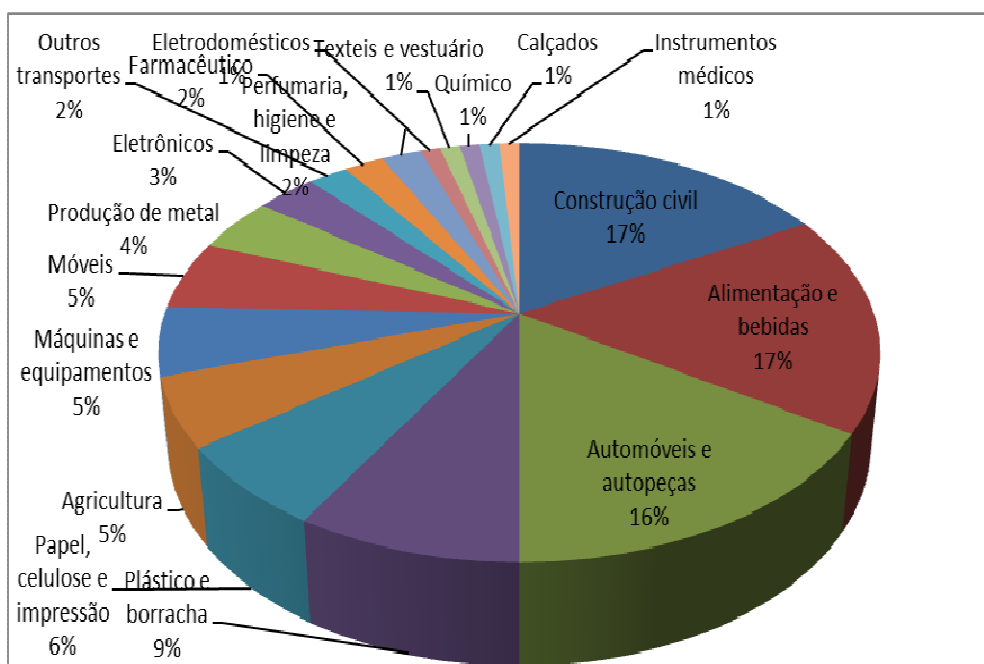
59. Em 2012 a Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Equipamentos e outros Insumos, criada no âmbito da Câmara Federal, apresentou relatório do trabalho desenvolvido pela Subcomissão. O objetivo principal foi de analisar a situação nacional relacionada à capacidade de produção e inovação de produtos largamente consumidos em todas as áreas do Sistema Único de Saúde; fomentar a inovação tecnológica e sua produção no país, associando o desenvolvimento social ao desenvolvimento econômico e contribuir para a ampliação do acesso da população às novas tecnologias de atenção à saúde.
60. No que diz respeito à indústria farmacêutica destacou-se a necessidade de desenvolver a pesquisa e o desenvolvimento de novos fármacos em nosso país; a necessidade de reduzir o excesso de trâmites burocráticos que dificultam muitas vezes a importação de insumos para pesquisa; incentivos para que a indústria farmacêutica adquira os insumos produzidos dentro do Brasil; o uso do poder de compra do governo, nesse sentido já foi aprovado no âmbito do Plano Brasil Maior a preferência para compra de produtos nacionais com preços até 25% superiores aos importados.
61. O relatório apresenta cinco projetos de lei e mais de 60 proposições a serem encaminhadas para a ANVISA, Ministério da Saúde, Ministério do Comércio Exterior, Ministério de Ciência e Tecnologia, entre outros.

62. Dentre os temas mais destacados está a importância de desenvolver um mercado interno de fármacos e assim reduzir a dependência externa, incentivar a criação de grandes laboratórios nacionais para a produção de insumos, bem como a revisão da definição do termo medicamento de referência com o propósito de incentivar o desenvolvimento de medicamentos inovadores permitindo, assim, o registro de versões genéricas destes medicamentos.

Cadeia do setor petroquímico e de transformados plásticos

63. Desde 2008, com a aquisição da Quattor pela Braskem, a indústria petroquímica nacional concentrou-se nas mãos de uma única empresa que controla o fornecimento e os preços das matérias-primas ofertadas para as mais de onze mil empresas de transformação plástica que se situam na terceira geração da cadeia produtiva. Em sua maioria, são empresas de pequeno porte e que respondem por grande parte dos empregos gerados no setor, cuja produção interfere diretamente nas cadeias produtivas de alimentos, saúde, agricultura, energia, têxtil, entre outros.
64. As recentes medidas de taxação de importações piorou a situação dessas empresas que recorrem à importação como único recurso frente aos elevados preços oferecidos pela Braskem ao mercado nacional.
65. Somente em 2011 importamos 28% do polietileno consumido no mercado interno, enquanto isso a Braskem exporta 25% de sua fabricação total.
66. A presença do Estado em setores essenciais é fundamental, por isso defendemos o retorno da Petrobrás na gestão da cadeia produtiva do setor petroquímico semelhante a realidade dos principais mercados mundiais.
67. Da mesma forma que os recursos oriundos da exploração do pré-sal sejam aplicados na cadeia produtiva do setor químico/petroquímico gerando na cadeia de valor produtos com maior valor agregado e para uso em setores estratégicos como a área da construção civil, setor automotivo, entre outros.

Gráfico 2 – Setores consumidores de transformados plásticos

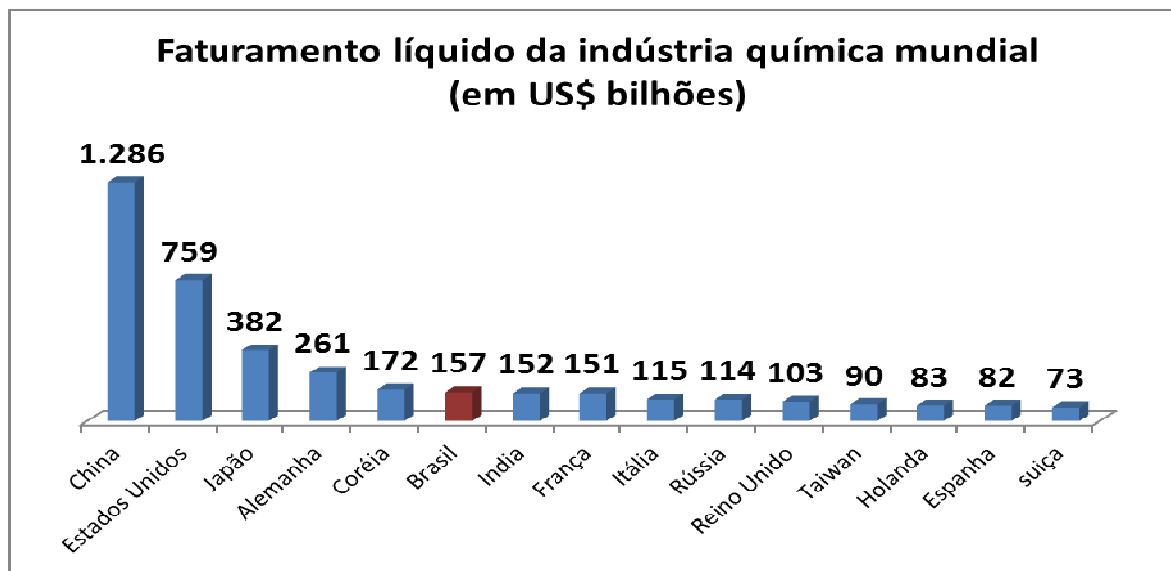


Fonte: IBGE/2009

Indústria química e de especialidades

68. A indústria química emprega 190 mil trabalhadores, distribuídos em 5.800 empresas (dados da RAIS de 2011). A remuneração média dos trabalhadores é de R\$ 3.823,89 e 21% da força de trabalho são mulheres. A diferença de remuneração média das mulheres em relação aos homens é de 12%.
69. O Brasil ocupa a 6ª posição mundial com faturamento líquido de US\$ 157 bilhões.

Gráfico 3 – Faturamento líquido da indústria química mundial



Fonte: ABIQUIM

70. O segmento de especialidades químicas é estratégico para a consolidação de uma indústria química forte e madura. Entretanto, nos últimos 20 anos esse segmento passou por grandes e profundas transformações decorrentes da pressão dos preços nos mercados internacionais. Desde a abertura comercial e financeira do início dos anos de 1990 o setor desestruturou parte dos elos da cadeia de produção e com isso, segundo estimativas da ABIQUIM, deixaram de ser produzidos mais de 500 produtos. O aspecto mais crítico diz respeito ao aprofundamento do déficit na balança comercial de corrente dos elevados volumes de importações.
71. Nesse sentido, consideramos que é fundamental elaborar política industrial consistente que estimule a indústria nacional a retomar a produção interna de parte desses produtos considerados essenciais para o mercado interno, através de estímulos ao investimento e a inovação em âmbito nacional.

Indústria de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos

72. O Brasil ocupa o 3º lugar no ranking mundial, com participação de 10,0% no mercado mundial, perde apenas para os Estados Unidos e Japão. A indústria brasileira de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos apresentou um crescimento médio de 10,5% nos últimos 15 anos. O faturamento líquido em 2010 foi de R\$ 27,5 bilhões de reais. O crescimento acumulado do setor nos últimos 15

anos foi de 48,8%. No estado de São Paulo estão localizadas 732 indústrias, corresponde a 44% de todo o setor em âmbito nacional.

73. O setor em 2010 respondia por 4.282 mil postos de trabalho, assim distribuídos: indústria, 68,0 mil, consultora de venda direta, 2.700 mil, salões de beleza. 1.800 mil e franquia, 34,0 mil. O saldo da balança comercial do setor é positivo, em 2010 fechou com US\$ 20,2 bilhões. A indústria de higiene e limpeza é responsável por 7,1% do mercado de transformados plásticos.

Tabela 5 – Distribuição de embalagens no produto final da indústria de higiene e limpeza doméstica (US\$ milhões)

Embalagens	(US\$ milhões)
Plásticos	700 (67%)
Flexíveis	153 (15%)
Papel	94 (9%)
Metais	90 (8,65)
Total	1038 (100%)

Fonte: Relatório Brazilpack

Setor de Celulose e Papel

74. O Brasil se destaca pela produção mundial de celulose, especialmente a celulose branqueada de fibra curta¹ com participação de 38% em 2010. A alta competitividade da produção brasileira é decorrente de condições climáticas favoráveis, associado a elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento o que confere os maiores índices de produtividade do mundo. A produção da celulose se concentra próximo às florestas o que resulta em grande sintonia entre plantio, corte e transporte para as unidades produtivas. Outro elemento considerado é a proximidade com os portos, uma vez que parte da produção é destinada para o mercado mundial.
75. Entretanto, no que concerne a produção de papel a participação Brasil é pequena, apenas 2,5% em 2010. Um dos fatores de competitividade do segmento de papel se refere à produção em escala, por isso a produção tende a se concentrar próximo aos mercados consumidores dos países desenvolvidos, a exemplo da China, que se transformou em um grande produtor de papel em decorrência de seu grande mercado consumidor.
76. Entre 2000 e 2010 a taxa média de crescimento global do consumo aparente de papéis foi de 1,8%, nesse mesmo período, o crescimento médio global do PIB foi de 3,4%. Esses dados representam uma redução do consumo per capita de papéis nas grandes economias.

¹ A celulose de fibra curta é originada de folhosas (eucalipto), e a longa de coníferas (pínus).

77. O desempenho global do Brasil ficou abaixo de países do mesmo porte econômico, o crescimento médio do consumo de papéis no Brasil foi de 3,4%, enquanto que a China foi de 9,3% e os demais emergentes de 4,7%. Mesmo assim, a sua participação no mercado mundial passou de 2,1% para 2,5% entre 2000 e 2010.
78. Conforme dados mais recentes (2011) o Brasil figura em 4º lugar entre os maiores produtores mundiais de celulose e ocupa a 9ª posição entre os maiores produtores de papel.

Tabela 6 – Maiores produtores mundiais de Celulose e Papel – 2011

Celulose			Papel		
País	Mil toneladas		País	Mil toneladas	
1	Estados Unidos	49.740	1	China	99.300
2	China	19.542	2	Estados Unidos	75.083
3	Canadá	18.308	3	Japão	26.627
4	Brasil	13.922	4	Alemanha	22.698
5	Suécia	11.859	5	Canadá	12.112
6	Finlândia	10.363	6	Coreia do Sul	11.492
7	Japão	9.020	7	Finlândia	11.329
8	Rússia	7.453	8	Suécia	11.298
9	Indonésia	6.805	9	Brasil	10.159
10	Chile	4.876	10	Indonésia	10.035
11	Índia	3.999	11	Índia	9.655
12	Alemanha	2.725	12	Itália	9.130
	Demais	25.215		Demais	89.959
Total Mundo	183.827		Total Mundo	398.877	

Fonte: RISI

Fonte Bracelpa – Dados do Brasil

79. Apesar do crescimento dos países em desenvolvimento, esse mercado ainda é dominado pelos países desenvolvidos. China, Índia, Brasil e Coreia do Sul foram países que avançaram no ranking. O consumo de papel da China equivalia a cerca de um terço do consumo americano em 2000, dez anos depois superou os

Estados Unidos em 22%. A China é o grande responsável pelo aumento da oferta de papéis no mundo. O Brasil também avançou no ranking dos maiores consumidores mundiais, de 11ª posição para nona em 2010.

80. Em síntese, os mercados mais desenvolvidos representam 53% da oferta mundial de papel e os países em desenvolvimento passaram de 29% para 47% entre 2000 e 2010. O crescimento médio anual da celulose no Brasil é de 7,2% e do papel, 5,5%.

Comércio internacional

81. Parte significativa do comércio internacional de papéis é realizada regionalmente. Dados da SECEX (Secretaria do Comércio Exterior), a América do Sul respondeu por 42% das exportações de papéis brasileiras, entre 2001 e 2010. Em contrapartida, na celulose, esse percentual foi de apenas 1%.

Tabela 7 – Saldo comercial de papéis, por região selecionada (em mil toneladas)

Regiões	2000	2010	Variação
América do Norte	6.125	7.099	974
Europa	6.906	9.589	2.684
Ásia	(4.780)	(1.775)	3.006
América Latina	(4.540)	(6.844)	(2.305)
Brasil	370	289	(81)
Oceania	(1.028)	(667)	362
África	(1.579)	(3.654)	(2.075)
Oriente médio	(2.830)	(4.578)	(1.747)

Fonte: RISI

82. O cenário atual do mercado brasileiro indica que a indústria de papel e celulose está cada vez mais voltada à produção de celulose, deixando sua transformação em papel como uma atividade secundária, tendo em vista, a maior rentabilidade proporcionada pela produção da primeira. A crise financeira precipitou um processo que já vinha acontecendo em vários setores da economia, um movimento mundial de aprofundamento de um modelo de especialização como um caminho para o futuro dos blocos econômicos regionais.
83. Nesse novo cenário caberá à América Latina, especialmente o Brasil, líder da região neste segmento, concentrar-se na produção de fibras, tornando-se, em médio prazo, o maior produtor mundial de celulose. Já os países da Europa, que historicamente posicionaram-se como centro de desenvolvimento tecnológico do

setor, se consolidarão como os principais fornecedores das modernas máquinas que viabilizam a transformação das fibras em celulose, e, daí, em papel. A América do Norte, em especial os Estados Unidos, por seu potencial financeiro se firmará como a grande financiadora da indústria, além de fornecedora de softwares para todos os tipos de equipamentos do setor. A Ásia, que pelo enorme potencial de consumo da região, se fortalecerá como a grande região produtora de papel, abastecendo todo o mundo. A baixa demanda interna e regional por papel em comparação ao mercado asiático coloca o Brasil numa posição desfavorável para disputar este mercado.

Setor Minérios

84. A indústria mineral e de transformação mineral registrou superávit de US\$ 27,4 bilhões em 2012. Nesse mesmo período, as exportações somaram US\$ 57 bilhões e as importações US\$ 29,6 bilhões, com participação de 23,5% e 13,0%, respectivamente, do total brasileiro.
85. As exportações de minério de ferro, manganês e ouro respondem por 60% das exportações da indústria mineral e 14% do total brasileiro.
86. Em 2012 foram exportados US\$ 31 bilhões de ferro, US\$ 1,5 bilhão de cobre, US\$ 335 milhões em bauxita, US\$ 248 milhões em manganês e 1 bilhão em rochas ornamentais processadas. As principais importações foram: carvão metalúrgico, potássio e fosfato.

Tabela 8 – Brasil na produção e reserva mundiais de bens minerais (2008)

Bens minerais	Produção Mineral		Reservas minerais	
	Produção	(%)	Produção	(%)
Nióbio	1 ^a	98%	1 ^a	98%
Manganês	2 ^a	20%	6 ^a	1,1%
Ferro	2 ^a	17%	5 ^a	11%
Tantalita	2 ^a	28%	1 ^a	50%
Bauxita	3 ^a	14%	5 ^a	6,8%
Magnesita	3 ^a	8,8%	4 ^a	14%
Rochas ornamentais	3 ^a	7,7%	n.d.	n.d.
Grafita	3 ^a	7,5%	2 ^a	35%

Fonte: Sumário Mineral, 2009

Tabela 9 – Produtos de transformação Mineral – Brasil no mundo (2008)

Metálicos			Não – Metálicos		
Produto	Posição	(%)	Produto	Posição	(%)
Silício	2 ^a	20%	Cerâmica de Revestimento	3 ^a	7,6%
Alumínio	6 ^a	5%	Cal	5 ^a	5,1%
Ferro-ligas	6 ^a	4%	Cimento	12 ^a	1,7%
Fundidos	7 ^a	3,4%	Gesso	n.d.	1,4%
Aço	9 ^a	2,5%	Vidro	n.d.	2%
Estanho	7 ^a	20,5%			
Zinco	12 ^a	3%			
Níquel	13 ^a	3%			

Fonte: Sinopse, 2009 – MME

Cadeia produtiva do ferro

87. A mineração de ferro gera 100 empregos por mil toneladas de ferro. O setor siderúrgico emprega 4.000 trabalhadores por mil toneladas de aço. Em 2012 foram exportados 326,5 mil toneladas de minério de ferro o que corresponde a 198 mil toneladas de aço, ou seja, a exportação de minério bruto equivalem a 792 mil empregos exportados.
88. Estão previstos US\$ 270 bilhões de investimentos até 2030, mais 30% de infraestrutura, o que totaliza US\$ 350 milhões.

Tabela 10 – Evolução dos investimentos

	2010-2015	2016-2022	2023-2030
Pesquisa mineral	1,9	3,4	5,2
Mineração	27,4	26,1	36,8
Transformação mineral	43,4	48,9	77,2

Setor de Petróleo

89. As descobertas de óleo e gás nas camadas de pré-sal e a perspectiva de elevado crescimento da produção nacional desse insumo nos próximos anos transformará significativamente o cenário de setor de petróleo e gás no Brasil. Trata-se do setor

da economia nacional que mais investirá, o qual conta com a empresa que tem hoje o maior plano de investimentos do mundo, a Petrobras.

90. A composição do sistema Petrobras inclui a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) suas subsidiárias, controladas, em conjunto e coligadas e joint ventures. A maior parte dos serviços se concentra nas atividades operacionais das principais subsidiárias.
91. O modelo de organização da Petrobras em 2011 era composto pelas Áreas corporativa, financeira e de serviços e por quatro Áreas de negócio: Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia e Internacional. O governo federal detêm 50,2% das ações ordinárias da empresa e 28,7% do capital nacional.
92. Em 2011 o lucro líquido do Sistema Petrobrás foi de R\$ 33,3 bilhões. As receitas alcançaram os R\$ 397 bilhões, desse total foram gerados R\$ 190 bilhões em valor adicionado. Do valor adicionado a distribuir R\$ 20 bilhões corresponde a remuneração de pessoal (incluindo benefícios), entretanto, a remuneração de capital de terceiros (juros e aluguéis) foi superior a R\$ 23 bilhões.
93. Em 2011 os resultados da área de fertilizantes atingiram faturamento de R\$ 1 bilhão, os investimentos da Petrobras nessa área estão concentrados na Bahia e Sergipe e recentemente adquiriu a Vale Fertilizantes localizada no Paraná. Além disso, para atender a demanda crescente está em curso a instalação de três novas unidades e dois projetos de expansão em plantas existentes com previsão de investimento de R\$ 9,4 bilhões. As três novas unidades estão localizadas no Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais.
94. No segmento petroquímico atua por meio de participações societárias no Brasil e em outros países. Segundo plano de negócios da empresa para 2011-2015, serão investidos cerca de US\$ 3,8 bilhões para ampliar a produção e construir novas plantas como o complexo petroquímico de SUAPE. Um dos principais empreendimentos no campo petroquímico é o COMPERJ, esse projeto alavancará a produção brasileira de diversos produtos, previsto para entrar em operação em 2014, o complexo prevê a geração de mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e por efeito renda.
95. Desde a criação da Lei 9.478 de 1997 que as atividades de exploração e produção no país passaram a ser exercidas por contratos de concessão, outorgados por meio de processo de licitação organização pela Agencia Nacional de Petróleo – ANP, abrindo caminho para a entrada de empresas privadas de capital nacional e estrangeiro. Uma alteração importante nesses últimos anos foi a exigência do cumprimento de conteúdo local.
96. Hoje, existem 62 empresas com algum tipo de participação nos blocos de exploração, ainda que de forma minoritária, e 28 operadoras. A Petrobras continua sendo responsável por grande parte da produção de petróleo e gás no país, atualmente existem 327 campos em produção, 266 deles operados pela Petrobras.
97. Mas foi através de muita luta do movimento sindical CUTista, da Federação Única dos Petroleiros – FUP e dos movimentos sociais que se conseguiu impedir nos últimos quatro anos que esse estratégico recurso energético continuasse a ser entregue às multinacionais. O último leilão de petróleo realizado pela ANP foi em dezembro de 2008, apesar das diversas denúncias e de toda a resistência da FUP e movimentos sociais.

98. Os leilões de concessão realizados pela ANP já privatizaram cerca de 280 blocos de petróleo em nove rodadas de licitações realizadas desde 1999. Em 2006, a 8ª Rodada foi suspensa pela justiça e cancelada recentemente pela presidenta Dilma. Segundo a ANP, mais de 75 empresas privadas foram beneficiadas pelos leilões, metade delas são multinacionais que atuam no Brasil, terceirizando totalmente a exploração e produção de petróleo, precarizando as condições de trabalho e expondo trabalhadores, comunidades e o meio ambiente a riscos constantes.
99. Em outubro do ano passado, após o governo anunciar a retomada dos leilões de petróleo, a FUP voltou novamente às ruas, em um ato nacional em frente à sede da ANP, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 800 manifestantes, entre sindicatos, militantes e movimentos sociais. Desde então, a Federação tem intensificado a luta para fazer andar no Senado Federal o Projeto de Lei 531/2009, construído em conjunto com os movimentos sociais, que defende o restabelecimento do monopólio estatal através de uma Petrobrás 100% pública.

Setor de Vidro

100. O segmento industrial do vidro é um consumidor importante de matérias-primas minerais não metálicas. Os minerais industriais, utilizados na fabricação dos vários tipos de vidros. Por suas características específicas possibilita variadas aplicações industriais. As matérias primas para a fabricação do vidro são: areia (70%), barrilha (15%), calcário (10%), dolomita (2%), feldspato (2%) e aditivos submetidos a uma temperatura em torno de 1.550°C. A reciclagem de embalagens de vidro no Brasil é estimada em 47%. O segmento de vidro emprega em seus fornos o gás natural (95%).
101. Os vidros são classificados em quatro grandes áreas: embalagens, planos, técnicos e domésticos. Estima-se que a capacidade instaladas da indústria vidreira nacional, em 2011, situou-se em 3,4 MT, distribuída em embalagens (38,3%), vidros planos (49,2%), domésticos (7,1%) e especiais (5,4%).
102. Em 2011, avalia-se que a produção total brasileira tenha atingido, aproximadamente, 3 MT. Em 2011 o universo de empresas do setor totalizava 305 distribuídas entre fabricação de vidros e produtos de vidro.
103. Calcula-se que o faturamento das quatro áreas de vidro, em 2011, tenham sido de R\$ 5,5 bilhões ou US\$ 3,3 bilhões, cerca de 11,9% acima do resultado de 2010. A distribuição em valor foi a seguinte: embalagens (32,6% ou R\$ 1.771 bilhão); planos (32,4% ou R\$ 1.782 bilhão), especiais (19,9% ou R\$ 1.086 bilhão) e domésticos (15,1% ou R\$ 828 milhão). Os investimentos em 2011 totalizaram US\$ 282 milhões.
104. A participação do segmento de embalagens de vidro na indústria nacional de embalagens é de 8,7%. Em 2011, a produção física do segmento de vidro registrou alta de 6,43% em relação a 2010. Os vidros planos produzidos no Brasil, em 2011, representavam, aproximadamente, 2,7% da produção mundial que foi de 55 milhões de toneladas.
105. No mundo, ao redor de 80% foram consumidos em aplicações na construção civil, 10% em aplicações no setor automotivo e 10% aplicações especiais. O faturamento no Brasil correspondeu a 5,3% do total mundial, de aproximadamente US\$ 33,4 bilhões.

106. Em 2011, as exportações de vidro totalizaram US\$ 325,8 milhões, inferior em 0,5% as de 2010. Do total exportado as embalagens de vidro representam 8,8%, vidros planos 41,4%; vidros especiais 32,6% e domésticos 17,1%.
107. As importações, em 2011, atingiram US\$ 815,6 milhões, 32,9% superior ao resultado de 2010, com US\$ 613,6 milhões. A maior participação é dos vidros planos, 42,4%, seguida dos vidros especiais, 28,5%, domésticos com 15,3% e embalagens de vidro, 13,8%.
108. O consumo per capita mundial é de 19 kg por habitante. No Brasil o consumo per capita em 2011 era 18,7%, se comparado com o ano de 2000 cujo consumo foi de 11,4 kg/habitante, esses últimos 11 anos o consumo por habitante cresceu, no Brasil, cresceu 64%.

Setor de Borracha

109. O setor de borracha é constituído por dois segmentos: pneumáticos e artefatos. No Brasil a indústria de pneumáticos consome cerca de 70% da borracha natural do mercado e o Brasil é uma importante plataforma de produção de pneus para as Américas. O segmento da indústria de pneus e câmaras no Brasil tem apresentado grande crescimento, investindo em novas plantas industriais e modernizando as plantas existentes.

Tabela 11 – Destinação da produção de borracha

Área	Participação (%)
Montadoras	14%
Sistemistas (fornecedora de componentes)	29%
Reposição	15%
Calçados	4%
Mineração e Siderurgia	8%
Eletroeletrônicos/ eletrodomésticos	6%
Entretenimento	3%
Saúde	4%
Outras atividades	17%

Fonte: ANIP e ABIARB

110. O principal problema enfrentado pelo setor no mercado é a concorrência com os pneus importados. O segmento é responsável pela geração de 26,3 mil postos de trabalho na indústria e gera mais de 100 mil empregos indiretos, são mais de

5 mil pontos de venda e 40 mil funcionários. Em 2012, a produção da indústria brasileira de pneus caiu 6,4% em relação a 2011, com 62,6 milhões de pneus fabricados. Em 2012 as exportações caíram 28% em relação ao ano anterior. A expectativa do setor para 2013 é de crescimento entre 4 e 5% na produção. A atividade de artefatos é responsável pela absorção de 20 a 25% da borracha natural e de 27 a 30% das borrachas sintéticas.

Tabela 12 – Principais resultados financeiros do setor de pneus e artefatos

Ano	Segmento de Artefatos		Segmento de Pneus	
	Vendas (US\$ bilhões)	Participação das exportações	Produção em unidades (milhões)	Vendas (produção + importações) em US\$ milhões
2008	2,20	19%	59,7	64,3
2009	2,34	11,3%	54,1	60,2
2010	2,51	14,1%	67,3	73,0
2011	2,64	19,1%	66,9	72,9
2012	2,71	18,6%	62,7	67,9

Fonte: ANIP e ABIARB

111. O apoio do governo ao setor veio através da inclusão de fabricantes de pneus entre os setores que tiveram desoneração da folha de pagamento, junto com o aumento de 16% para 25% nas alíquotas de importação de algumas linhas – a disputa contra as importações ainda inclui investigação de dumping envolvendo pneus de carros e de motocicletas vindos de países asiáticos, incluindo China, Taiwan e Tailândia. O Brasil disputa a posição de terceiro maior mercado do mundo, investimentos de US\$ 3,4 bilhões estão previstos para o período 2012-2015.
112. A Bahia possui um moderno cluster da borracha com quatro indústrias de pneumáticos com capacidade para produzir 50.000 pneus por dia, gerando 2.100 empregos diretos, além de indústrias de suporte (negro de fumo, arame para pneus), artefatos e três unidades de processamento de borracha com capacidade para beneficiar 21.000 t de borracha seca/ano. A Continental, quarta maior empresa do setor de pneus da Europa, investiu 250 milhões de euros para a produção de 8 milhões de pneus/ano e mais 750 mil para caminhões na segunda fase do projeto. Cerca de 80 % da produção é destinada aos Estados Unidos, Canadá e México, sendo os demais 20 % para o mercado interno.
113. A Pirelli já possuía uma fábrica de pneus para caminhões na Bahia e instalou outra fábrica de pneus para veículos de passeio e utilitários com investimento: US \$ 200 milhões, visando ampliar a produção de 7.500 para 13.000 pneus/dia. O objetivo é produzir pneus radiais de alto desempenho, sendo 75% para o mercado interno e 25 % para exportação (mercado latino, EUA e Europa).

114. A Bridgestone/Firestone investiu US \$ 200 milhões destinados a fabricação de 8.000 pneus/dia para veículos de passeio e caminhonetes. A produção será comercializada na proporção de 75 % no mercado interno e 25 % para exportação.
115. Watts Bahia - Pneus Investimento: US \$ 10,0 milhões visando a produção de 30 mil pneus industriais para empilhadeiras, reboques e veículos de carga para portos e aeroportos; Os produtos são também utilizados no transporte da indústria mineradora, da construção, além de empresas de logística. Alguns dos pneus são à prova de furos, garantem estabilidade e possuem alta capacidade de carga. A sua participação do mercado nacional de pneus industriais passou de 15 % para 35 %.

BALANÇO DO MANDATO 2010 / 2013

116. A atual gestão da CNQ-CUT se desenvolveu num período de grandes desafios para os movimentos sindical e social. Os efeitos da recente crise mundial ainda persiste na economia dos mais diversos países, em especial nos EUA e a velha Europa e países da zona do euro, trazendo reflexos para todas as economias emergentes, particularmente para o Brasil e para os trabalhadores, prejudicando/dificultando as lutas e campanhas em defesa do emprego, dos direitos e dos salários.
117. Mesmo com este cenário, a postura da CNQ/CUT e dos Sindicatos do Ramo Químico neste período foi firme no combate as propostas patronais de flexibilização de direitos dos trabalhadores/as, garantindo que nenhum acordo coletivo do ramo químico fosse assinado com redução de direitos, todos os acordos tiveram reajuste acima dos índices da inflação, garantindo aos/as trabalhadores/as aumento real de salários.
118. Neste mandato a CNQ/CUT procurou dar continuidade as políticas que já vinham sendo realizadas no mandato anterior e também buscou ampliar o campo de ação, de representatividade e de organização sindical no ramo químico.
119. A transição da coordenação da CNQ/CUT para a companheira Lucineide em meados de 2012 não comprometeu o trabalho, pelo contrário, no âmbito externo houve uma potencialização de ação com visita a sindicatos e as regiões representadas pela CNQ e no âmbito interno se fortaleceu o processo de parceria entre as diversas secretarias que compõem a direção executiva da CNQ para colocar em prática as deliberações aprovadas no 6º Congresso da CNQ.
120. Destaca-se também no último período a realização das plenárias regionais de preparação e organização do 7º Congresso da CNQ, pelas quais passaram/participaram os principais sindicatos filiados das diversas regiões representadas pela CNQ, onde foram debatidas propostas para uma melhor estruturação do 7º congresso, bem como, uma maior atuação da CNQ nas mais diversas regiões.
121. Neste mandato, buscou-se garantir a toda a direção (executiva, suplentes e conselho fiscal) a mesma oportunidade de participar da vida política da CNQ-CUT, todos os integrantes da direção sem distinção, receberam suporte político ou financeiro de acordo com suas atribuições, sendo dentro do possível criadas as condições necessárias para participação em reuniões, seminários, debates e

demais atividades realizadas em âmbito local, nacional, regional ou internacional.

122. Uma das prioridades desta gestão foi buscar estreitar as relações com os diversos segmentos que compõem o ramo químico. Buscou-se também neste mandato, dar suporte a todas as lutas para superar condições indesejáveis entre os trabalhadores/as, como as diferenças salariais e de tratamento entre homens e mulheres nos locais de trabalho, a ocorrência de acidentes, doenças e mortes nas diversas categorias.
123. Para todas as secretarias a referência política foi a mesma, para que dentro de suas atribuições desenvolvessem ações para transformar em realidade as propostas aprovadas no nosso 6º Congresso. Apesar do esforço de oferecer condições iguais a todas as secretarias, algumas tiveram menor vida ativa do que outras, o que aponta a necessidade de refletirmos sobre as atribuições reais de cada secretaria, como também, debater com os Sindicatos do Ramo a priorização que os/as dirigentes que comporão a próxima direção deverão oferecer a CNQ-CUT.
124. A Secretaria de Finanças e Administração cumpriu seu papel permitindo a direção dar respostas efetivas aos desafios colocados na agenda sindical. Os recursos financeiros repassados pela CUT Nacional através das mensalidades e do PAS – Plano de Ação Sindical, foram direcionados para criar as condições necessárias de trabalho de toda a direção e para a implementação de políticas setoriais e regionais, permitindo uma maior aproximação da confederação com os sindicatos de base, especialmente aqueles fora do estado de São Paulo, na consolidação de políticas que dialogaram com os diversos setores que compõe a CNQ, bem como, diagnosticar as deficiências de organização sindical nas diversas categorias que compõem o ramo.
125. A secretaria de formação, em parceria com as secretarias de gênero, saúde e coletivo de juventude compartilharam programas específicos de Formação Sindical. Foi realizado neste mandato um programa de formação de dirigentes e militantes sindicais tendo como ênfase os seguintes temas: processo produtivo capitalista, socialismo e movimentos sociais no Brasil, história do movimento sindical brasileiro, desenvolvimento econômico, relações de Gênero, negociação coletiva, Saúde do trabalhador e políticas para a juventude trabalhadora.
126. O objetivo destes programas foi de contribuir no processo de reflexão e conscientização dos dirigentes e militantes sindicais, homens e mulheres, de todos os segmentos do ramo, para a realização de práticas sindicais coerentes com os princípios de ação sindical CUTista, e de ações que permitam ampliar a organização sindical, a participação e conquistas para a categoria.
127. Neste mandato o programa de formação sindical foi também realizada em âmbito nacional, atendendo demandas das diversas categorias que compõem o Ramo Químico dos seguintes Estados: São Paulo, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Manaus e Pará. Ressalta-se que para a execução deste programa foi de fundamental importância a parceria entre CNQ, sindicatos e Federações do ramo químico.
128. A Secretaria de Relações Internacionais atuou prioritariamente no acompanhamento e fortalecimento das Redes de Trabalhadores, através de parceria com o projeto CUTMulti e outras entidades como: Centro de Solidariedade da AFL-CIO, Fundação Friedrich Ebert, Instituto Observatório Social, ICEM e recentemente com a IndustriALL. Foram realizadas inúmeras

atividades com objetivo de capacitar os integrantes das redes e criados espaços de troca de experiências, com as Redes de Trabalhadores das seguintes empresas: Basf, Bayer, Solvay, Akzo Nobel, Novartis, etc.

129. A Secretaria teve neste mandato uma ativa atuação internacional, realizando e participando de inúmeras atividades de cooperação internacional entre a CUT/Brasil e a FNV – Central Sindical Holandesa, cooperação com o Solidarity Center/AFLCIO e United Steel Workers/USW, cooperação com os parceiros sindicais alemães, cooperação com países da África através do Instituto da CUT e retomou / intensificou a relação com os sindicalistas do Ramo Químico da França.
130. Ainda no âmbito internacional é importante destacar o congresso de fusão das Federações internacionais ICEM (Química, Energia e Mineração), FITIM (Metalurgia, Siderurgia e Metal/Mecânico) e Federação dos setores Têxteis e Vestuário, que criaram no congresso realizado em Copenhagen a nova Federação Mundial “IndustriALL Global Union”, que representa 50 milhões de trabalhadores em todo o mundo, onde foi eleito o companheiro Sergio Novais para o Comitê de Finanças, representando o Ramo Químico da CUT.
131. Para a Secretaria, a formação sindical internacional frente à globalização foi uma prioridade. A secretaria incentivou a atuação Internacional dos Sindicatos e Federações do Ramo Químico, realizou o 2º Encontro de Redes de Trabalhadores do Ramo Químico, além de apoiar as diversas redes sindicais nos processo de diálogo social com as empresas Multinacionais Químicas, objetivando a internacionalização e ampliação de direitos.
132. No entanto, nem tudo ocorreu conforme deveria, vimos neste mandato um verdadeiro retrocesso na Federação Única dos Trabalhadores/as nas Indústrias e Pneumáticas e Artefatos na América Latina – FUTINAL, bem como, a ausência total de Redes Sindicais no Setor de Papel e Celulose.
133. No âmbito internacional também ocorreu importante integração entre a secretaria e a ICEM/IndustriALL, com a realização de diversas atividades conjuntas e de atividades de cooperação internacional.
134. A Secretaria de Saúde e a Secretaria de Meio-Ambiente atuaram em consonância com as diretrizes políticas e proposições da CUT, buscando dar suporte a todas as lutas que se desenvolveram no ramo químico em defesa da saúde do trabalhador e do meio-ambiente.
135. Neste mandato a secretaria de Saúde e a secretaria de meio-ambiente participaram de forma ativa em importantes eventos promovidos pela CUT e outros fóruns interinstitucionais.
136. Além de uma participação ativa no Coletivo de Nacional de Saúde da CUT, a CNQ se fez presente em todos os espaços de reflexão e de formação, em especial sobre os temas: nexos técnico epidemiológico, garantia do direito a aposentadoria especial.
137. Em parceria com a Secretaria de Formação, e com as secretarias de saúde de diversos sindicatos do ramo, realizou em São Paulo neste mandato o curso FormaQuim Saúde – para capacitação de dirigentes e militantes em temas relacionados a saúde do trabalhador.
138. A Secretaria de Políticas Sociais participou de todas as lutas e atividades realizadas pela CUT no seu âmbito de atuação. Buscou ao longo deste período

fortalecer o Coletivo Nacional de Juventude da CNQ-CUT, bem como, atuou decisivamente para a realização do curso – Formaquim, programa de capacitação de dirigentes e militantes na área da Juventude Trabalhadora.

139. A secretaria de Política Sindical desenvolveu diversas ações em consonância com a coordenação geral, com a secretaria de organização e com as secretarias regionais e setoriais, no acompanhamento de eleições sindicais, com objetivo de fortalecer a organização sindical e a luta pela ampliação da hegemonia CUTista no Ramo, apoiando oposições sindicais comprometidas com os interesses dos trabalhadores, bem como as iniciativas de fundação de Federações Estaduais por setor, além de dedicar um grande esforço para o reconhecimento da CNQ/CUT como entidade integrante da estrutura sindical oficial. Todo este trabalho resultou na ampliação da representação da Confederação no setor mineral e na região norte do país.
140. A Secretaria de Gênero realizou em parceria com entidades parceiras, diversas atividades de capacitação de mulheres. Participou representando a CNQ e a CUT em âmbito nacional e internacional, de diversas atividades relacionadas à temática da sua secretaria. Realizou neste mandato, em parceria com a Secretaria de Formação, o curso de capacitação de Mulheres nos estados de São Paulo e Bahia.
141. À Secretaria de Organização que é responsável pela comunicação eficiente entre a direção e os Sindicatos filiados, coube o importante papel de promover o diálogo sobre as demandas específicas do ramo e as lutas gerais propostas pela CUT. Apesar de algumas dificuldades para uma atuação eficaz consideramos que não houve comprometimento, pois, as deficiências encontradas foram supridas pela ação coletiva do conjunto da direção executiva.
142. A Secretaria de Imprensa e Comunicação procurou neste mandato otimizar o uso da internet como instrumento organizativo, potencializando o “site” da CNQ como ferramenta ágil e eficaz de comunicação entre a CNQ e os Sindicatos filiados.
143. A Secretaria de Relações de Trabalho participou ativamente das atividades chamadas pela CUT, bem como, procurou socializar com a direção as informações obtidas, como também oferecer aos sindicatos do ramo informações sobre os debates realizados.
144. A Secretaria de Estudos e Temas Estratégicos participou dos debates chamados pela CUT referentes a temas relevantes para o movimento sindical, socializando com a direção as informações obtidas nos debates realizados.
145. Às Secretarias Setoriais coube neste mandato, a tarefa de aproximação entre as especificidades dos setores (vidro, químico, petróleo, petroquímica papel, celulose, borracha, farmacêutico e plástico) e as questões gerais do ramo. Apesar de algumas dificuldades para uma atuação eficaz destas secretarias, consideramos que não houve comprometimento do trabalho, pois, as deficiências encontradas foram supridas pela ação coletiva do conjunto da direção, no entanto, apesar do esforço de oferecer condições iguais a todas as secretarias, algumas tiveram menor vida ativa do que outras, o que aponta a necessidade de refletirmos sobre as atribuições reais destas secretarias, como também, debater com os Sindicatos do Ramo a priorização que os/as dirigentes que comporão a próxima direção deverão oferecer a CNQ-CUT.
146. As Secretarias Regionais: Sudeste I, Sudeste II, Sul e Norte-nordeste, procuraram cada uma no seu âmbito de atuação acompanhar as campanhas

salariais e eleições sindicais das diversas categorias que compõem o ramo químico nas respectivas regiões. Aqui também tivemos muitas dificuldades de atuação, e as deficiências encontradas foram supridas pela ação coletiva do conjunto da direção, no entanto, apesar do esforço de oferecer condições iguais a todas as secretarias, algumas tiveram menor vida ativa do que outras, o que aponta a necessidade de refletirmos sobre as atribuições reais destas secretarias, como também, debater com os Sindicatos do Ramo a priorização que os/as dirigentes que comporão a próxima direção deverão oferecer a CNQ-CUT.

147. A atual gestão da CNQ-CUT tem tido também atuação destacada em temas complexos e que representam grandes desafios para a CUT. O grupo de trabalho sobre terceirização e sobre políticas para os macrossetores contou com a participação ativa de dirigentes e assessoria da CNQ nas várias atividades realizadas com objetivo a construir diretrizes da CUT com objetivo a fortalecer um processo de crescimento sustentado, bem como, em defesa de condições de trabalho decente nos mais diversos locais de trabalho.
148. A CNQ esteve presente em todas as campanhas e participou de todas as atividades gerais convocadas pela CUT neste triênio.
149. Por fim, o balanço da atual gestão é no seu conjunto positivo, no entanto, é necessário reconhecer que muitas das questões aprovadas no último congresso não foram realizadas, ou seja, em vários aspectos é preciso avançar ainda mais.
150. A partir deste balanço, fica evidente que devemos debater com mais afinco neste 7º Congresso da CNQ, políticas efetivas de comprometimento dos/as dirigentes sindicais que integrem a nova direção no que se refere a participação do dia-a-dia, bem como, da liberação de tarefas em suas entidades de origem com objetivo a se dedicarem a execução das tarefas e políticas que serão aprovadas neste congresso. É imperativo também debatermos as atribuições de cada uma das secretarias e pastas, para que possamos avançar ainda mais no próximo período.

ESTRUTURA SINDICAL DO RAMO QUÍMICO DA CUT

151. Nos últimos 20 anos vivenciamos uma grande desestruturação do mundo do trabalho, onde as mudanças nas formas de contratação alteraram significativamente as relações de trabalho impondo novos parâmetros para os processos negociais.
152. Essas mudanças alteraram de maneira profunda o perfil dos setores produtivos, com a diminuição da participação das atividades industriais e o aumento de serviços na criação da riqueza nacional. Inclusive, ao mesmo tempo em que o setor produtivo reduz seu peso na produção de riqueza, diminui a participação dos trabalhadores com carteira assinada e cresce a informalidade e outras formas atípicas de contratação.
153. Em virtude da redução de postos de trabalho formais a representação sindical entre os trabalhadores assalariados com carteira também caiu. Os segmentos nos quais o emprego cresceu são aqueles em que há menor cobertura em termos de representação sindical são os trabalhadores sem registro, terceirizados, temporários, etc.
154. Por um lado, observou-se uma ampliação e pulverização das entidades sindicais no país, sendo que grande parte das entidades sindicais tem baixa ou nenhuma

representatividade. Por outro, constata-se uma acomodação das estruturas e entidades sindicais nos marcos da estrutura sindical corporativa, pois pouco ou quase nada foi feito para alterar a forma de sustentação financeira da maioria das entidades e o imposto sindical continua sendo uma das principais fontes de sustentação das entidades.

155. Em virtude das grandes mudanças no mundo do trabalho, o desenho dos ramos de atividade já não responde mais a essa nova dinâmica, pois novos setores surgem, sem organização e representatividade, e cresce a parcela de trabalhadores (as) que não estão representados (as) formalmente por nenhuma estrutura sindical.
156. Portanto, há um campo enorme de oportunidades e desafios a serem enfrentados. Nesse sentido, é fundamental ampliar a representatividade dos nossos sindicatos, federações e entidades nacionais, visando o fortalecimento destas diante de outros projetos sindicais.
157. É necessário também ampliar o poder de negociação das entidades dentro de uma perspectiva de construção de acordos nacionais e ou regionais como instrumentos de garantia de igualdade de direitos.
158. Para isto é necessário consolidar a estrutura de ramos proposta pela CUT, através da criação de novas estruturas organizativas que nos permita avançar na superação da estrutura sindical corporativista, que nos divide em categorias, rumo a fusões e unificações de entidades sindicais, com vistas ao fortalecimento da organização Sindical.
159. Precisamos também estimular o aprimoramento dos mecanismos de democracia interna e definição de propostas concretas de sustentação financeira das nossas entidade objetivando o fim do imposto sindical.
160. Outro grande desafio é a organização sindical e dos trabalhadores nos locais de trabalho, é necessário e urgente darmos passos efetivos na construção e fortalecimento das OLTs e Redes de Trabalhadores como ferramentas de sustentação para a ação sindical.

Consolidar a Organização da CNQ/CUT por Ramo de Atividade Econômica – Ampliar a Representatividade das Entidades Sindicais

161. O ramo químico está presente em todos os estados brasileiros, embora se verifique uma grande concentração nas regiões sul e sudeste do país.
162. Considerando que, entre as estratégias de se consolidar a organização por ramos de atividade, está a fusão de entidades nos ramos, fortalecimento das redes, criação de federações estaduais, interestaduais e nacionais, propomos iniciativas que visem ampliar a representatividade dos sindicatos, superando o isolamento do atual modelo, viabilizando ampliar o número de trabalhadores sindicalizados e conseqüentemente o fortalecimento dos Sindicatos e da Organização por Local de Trabalho.

Reconhecimento da CNQ/CUT como Entidade Sindical Oficial

163. Como é do conhecimento de todos os sindicatos do ramo químico da CUT, a decisão de criar a Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos – CNTQ, em conjunto com a Força Sindical, tinha como objetivo principal enfraquecer

outras concepções sindicais e combater a reorganização do peleguismo nacional.

164. A estratégia definida quando da criação da CNTQ, foi de a médio prazo construirmos as bases políticas para o reconhecimento e a formalização de uma Confederação Nacional no campo da CUT. Os passos necessários para o reconhecimento já estão em andamento, e essa definição se insere em uma estratégia geral da CUT de disputar a hegemonia junto aos trabalhadores do ramo, contrapondo-se, ao mesmo tempo, a projetos de outras Centrais e aos setores dissidentes da CUT.
165. Sendo assim, o reconhecimento da CNQ/CUT como entidade sindical oficial é sem dúvida o maior desafio que temos neste momento. Sabemos que de nada adianta negar/refutar a estrutura oficial se deixarmos que os recursos das entidades CUTistas passem as mãos das entidades que ao nosso ver não estão alinhadas com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.
166. Por imposição da estrutura sindical vigente não será possível incluir de forma automática todos os segmentos que compõem o ramo químico da CUT na nova CNQ, uma vez que os setores de borracha, vidro e cerâmica, minérios, papel e celulose pertencem por imposição da legislação sindical arcaica a Federações e Confederações distintas criadas a partir da CLT.
167. Nossa estratégia política é criar a CNRQ – Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT, mas ao mesmo tempo manter ativa a atual CNQ onde estão incorporados todos os setores que compõem a nossa concepção CUTista de ramo e irmos lutando gradativamente pela incorporação dos diversos segmentos na CNRQ, através da criação de Federações estaduais, regionais e nacionais em âmbito setorial e/ou Inter setorial.

Consolidar o Papel das Secretarias Regionais e Setoriais na CNQ/CUT

168. A definição de estruturar a Confederação a nível nacional, por meio das secretarias regionais e setoriais foi uma decisão importante, e a experiência tem se mostrado bastante positiva, precisando, no entanto, ser aprimorada.
169. Há um crescimento significativo de setores estratégicos, especialmente nas regiões Centro-Oeste e região norte, regiões em que a Confederação tem menor poder de inserção, por isso se faz necessário estabelecer condições políticas e materiais que viabilizem o acompanhamento por meio de visitas periódicas aos sindicatos localizados nas respectivas regionais, bem como a definição de uma estratégia de ampliação da presença da CNQ nos estados e sindicatos onde não há presença da CNQ.
170. É, portanto, fundamental fortalecer a organização sindical do ramo por estado e região, através da unificação de sindicatos e/ou da criação de federações, sendo que essas estruturas podem ser estaduais ou interestaduais, respeitando-se as especificidades de cada segmento ou região.
171. É necessário também potencializar a ação das setoriais, através de um funcionamento mais eficaz; investir na formação e consolidação de coletivos setoriais; potencializar o seu papel de elaboração de políticas articuladas com ações concretas de ampliação da inserção em nível nacional. Produzindo assim, diagnósticos para subsidiar a intervenção da CNQ em todos os espaços de definição de políticas.

172. Portanto, as secretarias regionais deverão funcionar enquanto Federações do Ramo nas diversas regiões, tendo como enfoque a organização e acompanhamento das demandas dos Sindicatos no seu âmbito de representação. Caberá a ela também organizar a realização de debates de temas da agenda sindical atual e as plenárias regionais em cada uma das regiões, bem como, apoiar as secretarias setoriais nos processos de eleições sindicais.
173. No que se refere as secretarias setoriais, as mesmas deverão funcionar como órgão máximo de organização de cada setor, apoiando os Sindicatos inclusive com informações nas campanhas reivindicatórias, além de construir um banco de dados de cada setor para subsidiar uma melhor ação sindical. Caberá a ela também organizar a realização de debates de temas da agenda sindical atual, acompanhar de perto as eleições sindicais do seu segmento e juntamente com as secretarias regionais organizar as plenárias regionais em cada uma das regiões.

Alterações estatutárias na Estrutura de Funcionamento da CNQ/CUT

174. Para enfrentar todos os desafios enumerados anteriormente, precisamos ter uma CNQ mais ágil e em condições de atender as diversas demandas dos Sindicatos e Federações que compõem o ramo químico da CUT.
175. Sendo assim propomos a adequação do atual estatuto da CNQ ao estatuto da CUT Nacional. O objetivo e termos a mesma estrutura de funcionamento no geral, mantendo a nossa estrutura organizacional específica que são as secretarias regionais e setoriais.
176. Esta adequação exigirá a alteração de nomenclaturas de secretarias, a criação de novas secretarias e o desmembramento de outras, fazendo com que a nova estrutura de funcionamento da CNQ seja a seguinte:

Atual estrutura da CNQ:	Nova estrutura proposta:
41 integrantes	40 integrantes
24 – pastas – Secretarias executivas	27 – pastas – Secretarias executivas
06 conselho fiscal (efetivos e Suplentes)	06 conselho fiscal (efetivos e Suplentes)
05 – suplentes da direção	05 – Suplentes da Direção

Atual estrutura da CNQ	Nova estrutura proposta
Coordenação Geral (alterar para)	1. Presidência
Não tem - Criar	2. Vice-Presidência
Secretaria de Organização (alterar para)	3. Secretaria Geral

Secretaria de Administração e Finanças	4. Manter
Secretaria de Relações de Trabalho	5. Manter
Secretaria de Relações Internacionais	6. Manter
Secretaria de Política Sindical (alterar para)	7. Secretaria de Organização e Política Sindical
Secretaria de Políticas Sociais	8. Manter
Secretaria de saúde do Trabalhador	9. Manter
Secretaria de Meio-Ambiente	10. Manter
Secretaria de Gênero (alterar para)	11. Secretaria da Mulher Trabalhadora
Secretaria de Comunicação	12. Manter
Secretaria de Formação Sindical e Política	13. Manter
Secretaria de Temas e Assuntos Estratégicos	14. Eliminar
Não tem - Criar	15. Secretaria de Juventude
Secretaria Regional Sul	16. Manter
Secretaria Regional Sudeste I	17. Manter
Secretaria Regional Sudeste II	18. Manter
Secretaria Regional Norte/Nordeste. (Desmembrar)	19. Secretaria Regional Norte
	20. Secretaria Regional Nordeste
Secretaria Setorial Petróleo e Petroquímica. (Desmembrar)	21. Secretaria Setorial Petróleo
	22. Secretaria Setorial Petroquímica e de Fertilizantes
Secretaria Setorial Química	23. Manter
Secretaria Setorial Vidros e Cerâmica	24. Manter
Secretaria Setorial Plástico e Borracha	25. Manter
Secretaria Setorial Farmacêutica	26. Manter

Secretaria Setorial Papel, Papelão e Celulose	27. Manter
Secretaria Setorial Minérios	28. Manter
Conselho fiscal – Efetivo	29. Manter
Conselho fiscal – Efetivo	30. Manter
Conselho fiscal – Efetivo	31. Manter
Conselho Fiscal – Suplente	32. Manter
Conselho Fiscal – Suplente	33. Manter
Conselho Fiscal – Suplente	34. Manter
Não tem – Criar	35. Coletivo de Política Racial
Suplente da Direção	36. Manter
Suplente da Direção	37. Manter
Suplente da Direção	38. Manter
Suplente da Direção	39. Manter
Suplente da Direção	40. Manter
Suplente da Direção	41. Manter

177. Outro debate a ser realizado neste congresso é sobre a alteração do tempo de mandato para 04 anos a partir deste congresso. Esta proposta se justifica pelo fato de termos como prática a realização de uma plenária estatutária quando da metade do mandato o que onera em muito a realização de plenária estatutária e congresso a cada um ano e meio.
178. Outra justificativa é que os congressos e plenárias sempre ocorrem em anos eleitorais (eleição para prefeito, vereador, governador, deputados, senadores e presidente), o que dificulta a sua realização dado o envolvimento das direções e militâncias nestes processos eleitorais.
179. Temos certeza que um mandato de quatro anos no plano nacional não irá burocratizar a nossa estrutura, pelo contrario, com quatro anos de mandato a partir de 2013 não mais teríamos de realizar congressos e plenárias em anos com eleições, dando maior folego as direções e militância, uma vez que, teríamos congressos a cada 04 anos e plenárias estatutárias a cada 02 anos, além de manter o processo de plenárias regionais conforme realizado neste ano que ao nosso ver trouxe um saldo bastante positivo no que se refere a questão organizativa, socialização de informações e amplos debates.

COMBATE A TERCEIRIZAÇÃO E DEMAIS FORMAS DE TRABALHO PRECÁRIO NO RAMO QUÍMICO

180. A prevalência do trabalho precário, em detrimento do emprego regular com garantias sociais, é, sem dúvida, um dos grandes desafios políticos e institucionais a ser enfrentado pelos (as) trabalhadores (as) – e que exige maior centralidade na agenda do movimento sindical neste próximo período.
181. Também é fundamental denunciar as práticas abusivas, de uso do trabalho temporário, como aprendiz, do estagiário por prazo determinado e temporário. Essas práticas mascaram as relações de trabalho precárias, praticadas pelas empresas. Quanto às denúncias, devem ser feitas por meio de ações junto ao Ministério Público, às delegacias regionais do trabalho e ao Ministério do Trabalho e ações políticas de mobilizações e denúncias à sociedade.
182. Deve-se estimular o desenvolvimento de estudos, restritos ao ramo químico, que analisem essas formas de precarização do trabalho e sua incidência, com o objetivo de subsidiar as ações das entidades sindicais.
183. No mesmo sentido, devemos construir mecanismos de representação desses trabalhadores/as nos processos de negociação coletiva.
184. Artifícios como o banco de horas, jornada flexível e a utilização abusiva de horas extras continuam sendo praticados por muitas empresas, à revelia dos sindicatos. Cabe, portanto, a CNQ e aos Sindicatos do ramo realizem atividades de denúncia no sentido de coibir estas práticas, articulando essa luta com a campanha pela redução da jornada de trabalho e pelo fim das horas extras e a geração de novos postos de trabalho.
185. É necessário também definir parâmetros de negociação em relação às formas de remuneração variável, principalmente no que diz respeito à programas de participação de Lucros, uma vez que a intensificação do ritmo de trabalho, provocada pelo cumprimento de metas, tem causado doenças físicas, psicológicas e outras doenças relacionadas a pressão e assédio moral, colocando em risco a saúde e segurança dos trabalhadores.
186. Um dos temas centrais da agenda do movimento sindical diz respeito ao crescimento de inseguranças e de uma verdadeira desordem que se abateu sobre o mundo do trabalho nas últimas décadas. Este processo apresenta aspectos peculiares e um deles trata-se justamente do enfraquecimento do poder de representação da classe trabalhadora, com o crescimento de formas precárias de contratação, especialmente a terceirização.
187. A terceirização é parte das novas formas de fragmentação advindas de modificações na organização da produção e no mercado de trabalho que ajudaram a reforçar as diferenciações entre os trabalhadores, dificultando a coesão de suas demandas, enfraquecendo a solidariedade de classe e debilitando a ação das representações sindicais.
188. Os trabalhadores com contrato em tempo integral e duração indeterminada são confrontados com trabalhadores com contrato precário, desempregados ou terceirizados.
189. O ramo químico possui uma estrutura industrial razoavelmente desenvolvida e os diagnósticos recentes apontam a terceirização como uma forma de contratação que se expressa tanto no âmbito interno quanto externo ao contrato de trabalho em todos os segmentos, independentemente da posição do setor

econômico. Trata-se, portanto, de um fenômeno que se ampliou e consolidou gerando muitas vezes pouco questionamento, principalmente pelo fato de se manifestar de distintas formas, sendo frequentemente confundido com outras estratégias empresariais como desverticalização, descentralização da produção, entre outras.

190. No entanto, a terceirização não é a única forma de precarização das relações de trabalho, há também os trabalhadores temporários, estagiários, prestadores de serviços autônomos (PJs), contratação de redes de fornecedores com produção independente (casos especiais no setor de plantio e corte de madeira para empresas de papel e celulose), deslocamento de parte da produção ou de setores para outras empresas ou para ex-empregados, as falsas cooperativas de trabalho, etc.
191. Estes tipos de precarização das relações de trabalho tornam a atual composição da classe trabalhadora, mais fragmentada, heterogênea e com menor poder de pressão, prejudicando a organização sindical, restringindo a representação sindical, asfixiando as finanças sindicais em decorrência da diminuição da arrecadação e dos índices de sindicalização, bem como, facilita a sonegação e a diminuição da arrecadação das finanças públicas através da sonegação de impostos, o não recolhimento para o FGTS, INSS, fazendo com que diminua a cada dia a arrecadação para os sistemas de saúde, aposentadorias, habitação e de políticas de sustento e fomento para o trabalhador como o seguro desemprego.
192. No caso do Brasil no que se refere a terceirização a situação é ainda pior, pois, está em debate a pelo menos quatro anos, mais de 20 projetos de Lei no congresso nacional, todos com objetivo a regulamentação da terceirização, dos quais, apenas dois defendem / preservam os interesses dos trabalhadores/as. Há atualmente inclusive a tendência de aprovação de um projeto com cunho conservador e que permite a desregulamentação total das relações de trabalho.
193. Isto posto, cabe ao movimento sindical CUTista estabelecer políticas para fazer frente a esta realidade, para tanto é necessário debatermos novas formas de organização dos/as trabalhadores/as terceirizados/as, o que implica em discutir itens como alterações estatutárias com objetivo a representação efetiva dos trabalhadores terceiros no âmbito dos diversos segmentos econômicos que compõem o ramo químico e também lutar por uma nova legislação que estabeleça nova conformação dos ramos de atividade e conseqüentemente novas possibilidades de enquadramento sindical.
194. É necessário também incluir nas pautas das campanhas salariais e reivindicatórias, cláusulas sobre terceirização que estabeleçam o direito à informação prévia, à preservação do nível de emprego e à realocação de pessoal, assegurando, no mínimo, o mesmo patamar de garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias válidas para o conjunto dos trabalhadores diretos.
195. Devemos também estabelecer estratégias de apoio aos projetos de lei sobre o tema que estão em debate no congresso nacional, que visam coibir as terceirizações, e conseqüentemente, garantir direitos aos/as trabalhadores terceirizados, bem como, o direito de organização e representação sindical dos mesmos.
196. É necessário que a CNQ e os Sindicatos do ramo invistam firmemente em políticas de “primeirização” dos postos de trabalho, orientando a realização de uma grande campanha de sindicalização nacional, incluindo os/as

trabalhadores/as terceirizados/as, bem como devemos apoiar e participar ativamente dos debates realizados sobre o tema pelo GT da CUT e das ações realizadas pelo Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Terceirizados que congrega representação do movimento sindical, acadêmico e social.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL NOS LOCAIS DE TRABALHO

197. A organização dos trabalhadores/as nos locais de trabalho sempre foi, ao longo da história da CUT, um de nossos princípios fundamentais, pois aponta para um sindicalismo de luta, de massa, democrático e de base.
198. A defesa da liberdade de organização sindical é uma das principais formas de enfrentamento contra a política patronal, e esta organização dos trabalhadores tem de estar prioritariamente em seus locais de trabalho.
199. Os organismos de representação dos trabalhadores têm um papel de extrema importância no dia-a-dia sindical, uma vez que são estes representantes que são responsáveis pela primeira ação sindical no local de trabalho. Cabe, portanto, ao movimento sindical a preparação e formação política destes representantes para que atuem com qualidade nos seus locais de trabalho.
200. É, portanto, necessário que o movimento sindical implemente políticas efetivas de criação de espaços de representação nos locais de trabalho, mais que isto, implemente políticas visando incentivar os/as ativistas e militantes sindicais a participarem dos organismos de representação dos trabalhadores/as nos locais de trabalho, pois, é a organização no local de trabalho que fará com que os trabalhadores/as vistam a camisa contra a exploração.
201. Temos no ramo químico, diversas experiências de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho (Comissões de fábrica, Delegados Sindicais, CIPA, CIPA/SUR, etc.), cada experiência/modelo dialoga com a realidade de cada uma das categorias.
202. Para avançarmos neste debate, é necessário que a CNQ/CUT desenvolva debates, encontros, palestras, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre as diversas experiências de organização nos locais de trabalho existentes nos sindicatos do nosso ramo.
203. É necessário também que a CNQ/CUT crie um grupo de trabalho dentro da direção, com a tarefa de construir uma estratégia para implementação de OLTs. Para subsidiar este processo é necessário organizar um seminário nacional para aprofundar o debate sobre o tema, promovendo e socializando conhecimento sobre as diversas experiências e modelos de organização nos locais de trabalho existentes no ramo e fora dele. O objetivo desta atividade deve ser promover o debate sobre qual o modelo de organização que melhor atende as especificidades do ramo químico, com objetivo a fortalecer as direções sindicais, os trabalhadores/as nos locais de trabalho.
204. Devemos apoiar iniciativas que promovam a organização por local de trabalho fortalecendo as existentes e incentivando a formação de novas OLTs em locais com potencial de organização, inclusive por meio de acordos e convenções coletivas.
205. Além disso, devemos:

- a) *Lutar pelo direito a organização dos locais de trabalho, e que estas representações tenham estabilidade no emprego para que possam exercer sua representação.*
- b) *Lutar pela garantia plena ao direito de exercício da atividade sindical, com direito de greve e garantia no emprego;*
- c) *Lutar pelo fim da criminalização da atividade sindical (multas, interditos proibitórios, demissões de dirigentes e de representantes de trabalhadores/as, etc.).*
- d) *Pautar permanentemente o tema da organização no local de trabalho nas campanhas salariais e reivindicatórias.*

CIPAS – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes

206. É fundamental que os Sindicatos do Ramo acompanhem com maior intensidade as eleições das CIPAS para evitar que elas se tornem “organismos” ocupado por pessoas que não tem compromissos com os trabalhadores/as nem com a luta em defesa da saúde e segurança no trabalho.
207. As CIPAS devem cumprir um importante papel na luta contra a reestruturação produtiva e o impacto dela na saúde e integridade física e mental dos trabalhadores/as, dentre elas assédio moral a LER/DORT (Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho), estresse, depressão, acidentes de trabalho e distúrbios decorrentes do assédio moral.
208. É necessário que tenhamos uma intervenção nas fábricas, através das CIPAS organizadas e apoiadas pelo Sindicato, para exigir que as empresas ofereçam assistência com integralidade de benefícios para os lesionados até a plena recuperação destes e garantam postos de trabalho dignos e que possibilitem a reabilitação/ requalificação daqueles que lesionados permanentes não estejam incapacitados laboralmente.
209. Precisamos lutar para que todo cipeiro eleito seja sindicalizado e tenha uma participação efetiva no trabalho de militância sindical.
210. A CNQ deve orientar os sindicatos para que busquem negociar nos acordos coletivos, para que as CIPAs sejam eleitas integralmente pelos trabalhadores, bem como, para que os cipeiros comprometidos com, os trabalhadores concorram as eleições dos grupos de negociação de PLR.
211. As CIPAS devem ser orientadas para que em todo e qualquer acidente no ambiente de trabalho, como, também, nos casos de doenças causadas por assédio moral, seja exigida a emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) pelas empresas. Ainda que atue pela garantia para que todos os trabalhadores egressos do INSS possam se candidatar à CIPA.
212. A CNQ, Federações e Sindicatos filiados buscarão, através de legislação, Acordos e Convenções coletivas mudanças para substituir as CIPAS por OLT's (Comissão de fábrica/ Sistema Único de Representação) integralmente eleitas e com estabilidade reconhecida para os seus integrantes.

Comissões de Participação nos Lucros e Resultados das Empresas

213. As comissões de PLR devem atuar como organismos de defesa dos direitos dos trabalhadores/as, portanto, é necessário que os sindicatos do ramo químico, atentem para a importância de chamar para si a responsabilidade de cobrar das empresas a eleição dos integrantes das comissões de PLR e para que os mesmos tenham estabilidade no emprego. Ao mesmo tempo implementar uma luta para garantir que nenhum acordo de PLR possa ser implementado sem assinatura do sindicato.
214. As comissões de PLR devem atuar efetivamente como um canal permanente de diálogo com os sindicatos, neste sentido, são de fundamental importância a formação sindical e a preparação destes representantes, objetivando, potencializar a sua atuação nos seus locais de trabalho.

POLÍTICAS PARA A MULHER TRABALHADORA DO RAMO QUÍMICO

Mulheres – rumo à paridade

215. Uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no Brasil, desde os anos de 1970, diz respeito ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, esta inserção tem-se caracterizado por clara desvantagem em relação aos homens em termos de rendimentos e acesso a postos de direção.
216. Uma das questões que tem chamado a atenção refere-se à situação em que pessoas igualmente produtivas são diferentemente avaliadas com base em atributos não produtivos, caracterizando claramente uma situação de discriminação. A discriminação por gênero encontra-se presente em praticamente todas as sociedades, independentemente dos traços culturais e religiosos, e dos sistemas políticos e econômicos.
217. As mulheres são discriminadas no mercado de trabalho, apesar de igualmente qualificadas, recebem pagamento inferior no desempenho da mesma função e/ou recebem salários menores porque têm acesso apenas às ocupações com pior remuneração.
218. Apesar da igualdade formal, presente na lei, é no cotidiano que se explicitam práticas discriminatórias que atentam contra o direito a igualdade estabelecido na Constituição Federal.
219. As oportunidades de acesso ao mercado de trabalho se encontram bastante restringidas a determinados setores e ocupações. De acordo com os últimos dados disponíveis para o Brasil (2009), temos para o total de ocupados 57,4% de homens e 42,6% de mulheres. Do total de trabalhadores (as) na indústria de transformação 38,2% são mulheres, no setor de educação, saúde e serviços sociais a presença de mulheres é superior a 76,0%. Entre o total de associados do setor formal 40% são mulheres.
220. Portanto, existe um acentuado predomínio feminino em um conjunto de ocupações consistentes com os papéis de gênero tradicionais, especialmente nas áreas de saúde e educação. Nos serviços domésticos o percentual chega a 95% de mulheres.

221. No mundo inteiro mais de 100 milhões de mulheres e homens trabalham como empregadas e empregados domésticos de outra pessoa. No Brasil são mais de 8 milhões e 95% são mulheres.
222. Essas trabalhadoras executam várias tarefas como limpar, cozinhar, lavar roupa, cuidar de crianças e idosos e muitas outras tarefas. Seu trabalho é subvalorizado, mal pago, invisível, não reconhecido e não respeitado. A maioria das trabalhadoras domésticas, no caso do Brasil, é negra. Em alguns casos menores de idade.
223. Em vários países, inclusive no Brasil, essas trabalhadoras não estão incluídas na legislação trabalhista, como resultado disso, com frequência, estão sujeitas a maus tratos, exploração, violência e abuso físico e sexual. Por isso a aprovação da PEC das domésticas em segundo turno no Senado é uma grande vitória para todas as trabalhadoras e trabalhadores, reconhecer que essas trabalhadoras tem os mesmos direitos é um passo para reverter a realidade de mais de 6 milhões de trabalhadoras domésticas que trabalham sem acesso a nenhum tipo de direito.
224. A segregação ou discriminação tem importantes implicações para o descompasso salarial entre homens e mulheres, assim como no acesso a oportunidades de promoção. Dessa forma, compreender as causas e consequências da segregação profissional é decisivo para a formulação de políticas voltadas ao mercado de trabalho.
225. Contudo, a divisão sexual do trabalho também ocorre nas práticas sindicais sob muitas formas. Uma das formas de expressão desta divisão é que as mulheres são excluídas dos cargos mais relevantes como presidente, tesouraria e secretaria geral. Por outro lado, se um cargo é ocupado por um homem ele tem importância, se por uma mulher, muitas vezes é visto como burocrático.
226. Assim, as práticas sindicais acabam por reproduzir as formas da divisão sexual do trabalho, colocando as mulheres em atividades secundárias, investindo pouco em formação política e em sua trajetória como liderança.
227. Entretanto, nos momentos de avaliação geralmente são mais rigorosos com as mulheres, exigindo delas compromisso, dedicação e empenho, o que não é exigido dos homens.
228. Da mesma forma que as mulheres não ocupam postos de chefia ou não exercem posição considerada “de responsabilidade” nos locais de trabalho também no sindicalismo elas não estão presentes nas instâncias de direção.
229. Outro aspecto que dificulta a participação das mulheres se refere às responsabilidades pelas tarefas domésticas, na maioria das vezes não são compartilhadas pelos seus companheiros e maridos. As mulheres se defrontam também com obstáculos ideológicos e culturais que se manifestam não só no mundo exterior, mas também no universo das relações pessoais e afetivas.
230. A aprovação da paridade no último congresso da CUT representa um grande avanço na luta pela igualdade e deverá ser implementada a partir de 2015 em todas as instâncias da CUT e as condições para isso precisam ser construídas desde já.

Transformar a Secretaria de Gênero em Secretaria da Mulher Trabalhadora

A CNQ/CUT foi uma das primeiras confederações CUTistas a criar a Secretaria de Gênero. Esta secretaria ao longo dos anos cumpriu um importante papel na CNQ fomentando o aprofundamento do debate sobre as relações de gênero nos sindicatos do ramo.

231. A criação de secretarias e/ou coletivos de mulheres em diversos sindicatos do ramo, bem como, o trabalho específico de mulheres nas mais diversas categorias foram fundamentais para a compreensão da desigualdade entre homens e mulheres e em parceria com a secretaria de Formação criou o programa “Formaquim Mulher” – curso de formação específico para as mulheres trabalhadoras do ramo.
232. Transformar a secretaria de Gênero da CNQ em Secretaria da Mulher Trabalhadora neste momento é de fundamental importância, pois, temos de continuar rumo a superação das desigualdades de gênero e raça existentes no ramo.
233. A secretaria de mulheres da CNQ deverá orientar, formular e propor cláusulas a serem incluídas nas pautas de reivindicações dos diversos sindicatos que compõem o ramo químico com objetivo a contribuir para a superação da discriminação e das desigualdades entre trabalhadores e trabalhadoras.
234. A secretaria de mulheres da CNQ/CUT deverá também:
 - a) *Organizar e promover cursos e atividades específicas para as mulheres com objetivo a capacitá-las e ampliar com qualidade a presença das mulheres nas entidades sindicais.*
 - b) *Desenvolver uma Campanha Nacional de sindicalização para mulheres.*
 - c) *Socializar com os Sindicatos do Ramo, todos os avanços sobre o tema de gênero obtido nas negociações ocorridas no ramo, fazendo com que todos os sindicatos do ramo tenham conhecimento dos avanços conquistados pelas trabalhadoras.*
 - d) *Lutar por políticas concretas que viabilizem a participação das mulheres trabalhadoras no movimento operário e sindical, tais como: escolha dos melhores horários para reuniões, criação e manutenção de creches em cada sindicato quando da realização de atividades, entre outras iniciativas já existentes.*
 - e) *Lutar contra as doenças do trabalho, o assédio moral e sexual e a violência contra a mulher no trabalho e fora dele.*

POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE TRABALHADORA DO RAMO QUÍMICO

235. Quando verificamos os dados referentes à realidade da juventude em nosso país, percebemos o quanto é estratégico exigir políticas para alterar sua condição.
236. Cerca de metade do total dos desempregados são jovens, bem como, parte significativa deles estão submetidos à informalidade nas relações de trabalho. Somam-se a isto, ocupações precárias e baixos salários que comprometem

profundamente a trajetória educacional e profissional dos jovens trabalhadores/as, já que se deixa cada vez mais cedo os estudos para garantir o complemento da renda familiar. Essa inserção precoce no mercado de trabalho impõe ao jovem, obviamente sem experiência e sem estudo, a aceitação das piores condições de trabalho e os piores salários.

237. Esta realidade afeta ainda mais as jovens mulheres. Condenadas ao trabalho doméstico e ao cuidado da família abandonam cedo os estudos para trabalhar fora de casa, seja no mercado formal ou informal de trabalho.

Por um sindicalismo que represente os interesses da juventude

238. A criação da SNJ/CUT - Secretaria Nacional de Juventude na CUT estabeleceu como tarefa estratégica lutar pela promoção do trabalho decente no Brasil e na América Latina, cabendo a Secretaria de Juventude da CUT construir políticas para o conjunto da CUT no que diz respeito à agenda de promoção do trabalho decente para os jovens.
239. Valorizar o trabalho de jovens trabalhadores/as significa criar mecanismos que impeçam o trabalho informal e a inserção ocupacional precoce. A exigência de políticas de Estado que punam empresários que não formalizam contratos deve somar-se à inclusão de cláusulas nos acordos coletivos que imponham regras para facilitar a permanência ou o retorno ao sistema educacional formal, bem como, garantir o direito à educação é exigir a criação de políticas educacionais, públicas e universais, que possibilitem reverter o quadro alarmante do número da evasão escolar provocada pela necessidade de trabalhar.
240. A SNJ/CUT tem lutado pelo incremento de políticas de transferência de renda que garantam a estudantes sua permanência no sistema educacional e buscar valorização da escola em parceria e em conjunto com a comunidade desenvolver projetos que desperte o aluno ao saber e fomenta o interesse pelo estudo.
241. O caso dos estágios é um exemplo concreto de exploração fácil e barata do trabalho juvenil. A realidade destes estágios é a utilização de estudantes para substituir mão-de-obra e não tem qualquer relação com a educação dos mesmos, sendo que presenciamos estudantes do ensino médio e superior, como operadores de máquinas de copiar, entregadores ou contínuos nos escritórios de empresas do ramo.

A Juventude no Ramo Químico

242. A CNQ-CUT vem desenvolvendo desde 2003, um processo contínuo visando a capacitação política e a organização de jovens trabalhadores nos Sindicatos que compõem o Ramo Químico.
243. Nestes 10 anos temos fortalecido e estimulado o Coletivo de Juventude da CNQ, bem como, estimulado a criação e consolidação de coletivos de juventude nos Sindicatos do ramo.
244. Realizamos nos últimos anos em parceria com o Solidarity Center da AFLCIO um programa para a juventude química e mais recentemente somamos parceria com a CUT Nacional/DGB e também através de parceria com SASK – Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia com a ex-ICEM atual IndustriAll através do programas de formação/capacitação de jovens para a ação sindical.

245. Este trabalho tem trazido resultados efetivos para a organização da juventude do ramo químico. Fomos a primeira Confederação CUTista a ter um programa específico de formação Sindical para a juventude “Formaquim Juventude” e também como fruto destas políticas temos representantes do Ramo Químico na Secretaria Estadual de Juventude da CUT Pernambuco, CUT Bahia e CUT Nacional.
246. Neste mandato a CNQ/CUT realizou diversas atividades com objetivo de definir e implementar políticas para a juventude química, portanto, hoje já temos experiências extremamente positivas no interior de alguns sindicatos do Ramo Químico.
247. O trabalho que vem sendo realizado pelos coletivos de juventude dos Sindicatos e da CNQ, bem como, o acompanhamento e participação da juventude química nas ações políticas da CUT e da Industrial relacionadas a juventude credenciam a CNQ/CUT, a transformar neste 7º Congresso Nacional o seu Coletivo Nacional de Juventude em uma Secretaria de Políticas para a Juventude do Ramo Químico.
248. Caberá, portanto, a esta secretaria criar políticas para ampliar a participação dos jovens trabalhadores/as na militância sindical, bem como, a formação de novos quadros para o movimento sindical.
249. Caberá também a Secretaria de Juventude da CNQ, criar espaços de sensibilização das direções sindicais no que se refere a criação de coletivos de juventude nos Sindicatos, como forma de fortalecer a organização da juventude e dar sustentação as ações e campanhas dos sindicatos, bem como, sobre a necessidade de organização de uma campanha nacional de sindicalização para a juventude.
250. Não podemos deixar somente que apenas os jovens façam o debate sobre a temática juventude, sendo assim, é tarefa da Secretaria de juventude da CNQ construir propostas de cláusulas específicas da juventude para encaminhar aos Sindicatos e Federações com objetivo de serem objeto de debate nas campanhas salariais e conseqüentemente serem incluídas como cláusulas nos acordos coletivos.
251. A secretaria de Juventude da CNQ deverá também juntamente com a secretaria de formação estimular de forma permanente atividades de formação sindical com métodos linguagem e abordagem específica para juventude, bem como, desenvolver em conjunto com a secretaria de comunicação propostas para uma política mais atual de comunicação dos Sindicatos filiados visando a juventude trabalhadora.
252. Deverá propor também que as entidades sindicais do ramo organizar suas estruturas com vistas a oferecer acessibilidade e espaços permanentes de debates com temas específicos de interesse dos jovens, realizando atividades culturais, musicais e lúdicas para a juventude envolvendo as escolas e universidades.
253. Deverá também no âmbito das políticas públicas, lutar para garantir a universalização da escolaridade e o oferecimento de cursos de qualificação profissional dos jovens.

POLÍTICA ÉTNICO / RACIAL PARA O RAMO QUÍMICO

254. Por detrás do mito da “democracia racial”, as negras e os negros no Brasil enfrentam um racismo indiscutível que pode ser verificado claramente através de dados, entre os quais, do mercado de trabalho, do sistema educacional e sobre a violência policial.
255. Nos últimos anos temos assistido e participado de uma imensa mobilização social voltada à questão da necessidade de políticas afirmativas e políticas compensatórias destinadas à inclusão social da população afro-brasileira.
256. Para os afro-brasileiros, do ponto de vista da sua identidade, é muito importante o reconhecimento da sua contribuição quanto agente ativo da história do Brasil.
257. Atualmente o debate sobre a discriminação racial vem ocupando um espaço maior no que diz respeito aos assuntos de primeira ordem, o que é muito positivo, haja vista os vários seminários e encontros organizados pela CUT, além dos vários sindicatos sintonizados com esta luta.
258. É, portanto, preciso solidificar uma consciência de classe, gênero e raça, contribuindo assim para uma sociedade verdadeiramente democrática, onde todas as pessoas, independente de classe, raça e etnia, possam viver dignamente como cidadãos.

Criação de um Coletivo Nacional sobre a Questão Étnico/Racial na CNQ/CUT

259. Há muitos anos estamos debatemos a importância de ter uma Secretaria Nacional de Combate ao Racismo na CUT, ideia que se tornou realidade, portanto, cabe a nós (CNQ/CUT e Sindicatos do Ramo) o compromisso político de contribuir efetivamente com a consolidação e fortalecimento desta secretaria e de políticas específicas.
260. É preciso ter um olhar diferenciado para estas questões. Faz-se necessário envolver outros atores sociais (Sindicatos, Associações, ONG's etc.) neste debate, a fim de construir coletivamente políticas públicas afirmativas e estruturantes eficazes que dialoguem com estas diferenças; Gênero, Diversidade e Étnico – Racial a partir de alguns pontos de vista:
 - a) *A discriminação da mulher, sobretudo as negras*
 - b) *A questão dos extermínios dos jovens “negros e pobres”*
 - c) *A questão da homofobia*
261. Para avançar este debate no âmbito da CNQ/CUT acreditamos ser de fundamental importância a criação neste congresso de um Coletivo Nacional sobre a Questão Étnico-Racial do Ramo Químico. Este coletivo deverá ser constituído dentro da Secretaria de Políticas Sociais, e deverá ter como principal tarefa construir, debater e propor políticas afirmativas de combate ao racismo no âmbito do Ramo Químico, bem como, incentivar e promover atividades e palestras para a conscientização sobre a questão dos negros.

262. É imperativo também que os Sindicatos do Ramo Químico também criem coletivos para a questão étnico /racial para discutir estes temas, bem como, para organizar a luta anti-racial no seu âmbito de atuação.
263. A CNQ e os sindicatos do ramo devem lutar contra a discriminação racial e em defesa do trabalhador/a negro/a, bem como, denunciar e exigir punição para qualquer tipo de discriminação, racial, principalmente no local de trabalho.
264. A CNQ deve orientar as entidades filiadas a incluir nas pautas de reivindicações cláusulas que estabeleçam cotas mínimas para a contratação de trabalhadores/as negros/as.
265. A CNQ deve apoiar o sistema de cotas e as políticas afirmativas que garante um percentual mínimo de Afrodescendentes e Indígenas nas universidades públicas de ensino superior, e também lutar pela ratificação da convenção 111 da OIT.

POLÍTICAS DE RESPEITO A DIVERSIDADE

Pessoas com deficiência

266. Para construir uma sociedade igualitária, sem discriminação temos que aprender a respeitar as diferenças. É necessário avançarmos no sentido de termos uma sociedade inclusiva e devemos tomar medidas práticas que nos levem a alcançar esse objetivo.
267. Diante disso, devemos lutar pela inclusão das pessoas com deficiências na sociedade de forma que sejam garantidas as condições de acesso e infraestrutura adequada nos locais de trabalho, escolas etc.
268. A CNQ-CUT e seus sindicatos filiados devem promover e divulgar as resoluções da CUT e de outras entidades em defesa desse grupo.

Políticas de LGBT

269. Os trabalhadores e trabalhadoras que assumem serem homossexuais (gays ou lésbicas) enfrentam grande discriminação, principalmente no local de trabalho, e em vários casos, sendo alvo de violência ou de piadinhas de mau gosto.
270. O fato é que assim como mulheres e negros, os homossexuais são vítimas da opressão e discriminação disseminadas pelo sistema capitalista, que usa este tipo de ideologia racista e discriminatória, para dividir a classe trabalhadora e enfraquecê-la.
271. Defendemos que as pessoas são livres para adotarem a opção/orientação sexual que quiserem, e por entender que a luta contra todas as formas de discriminação também é uma luta contra o capitalismo a CNQ e os Sindicatos do ramo devem denunciar e exigir punição para qualquer tipo de discriminação sexual e buscar propiciar nas entidades a organização destes companheiros/as.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

272. Os aposentados e pensionistas constituem-se no segmento da classe trabalhadora que mais cresce em termos absolutos. A cada dia, a importância política, social e econômica deste setor da população, aumenta, no entanto, este seguimento cada vez mais sofre as consequências de políticas que levam a precarização das condições gerais de vida, sendo discriminados com a ausência de políticas de saúde, transporte, lazer, moradia, etc.
273. A CNQ e os Sindicatos do Ramo não devem medir esforços para apoiar e participar de todas as lutas que visem a implantação de políticas para a recuperação do poder de compra das aposentadorias e pensões com base na mesma sistemática adotada para a recuperação do poder de compra do salário mínimo.
274. Reconhecemos como fundamental as políticas negociadas entre as Centrais Sindicais com objetivo de recuperar o poder de compra do salário mínimo, bem como, defendemos a continuidade de políticas que visem à recuperação do poder de compra dos benefícios de aposentados e pensionistas.
275. Cabe, portanto a CNQ/ CUT e os Sindicatos do Ramo apoiar todas as lutas propostas pelas associações de aposentados das diversas categorias.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS

276. A luta pela redução da jornada de trabalho está mais atual do que nunca. A geração de emprego é sem dúvida uma das ações mais esperadas pela classe trabalhadora brasileira e está em nossas mãos à responsabilidade de lutar pelo emprego, pela valorização do trabalho e por melhores condições de vida para os trabalhadores/as.
277. O movimento sindical deve ampliar nossos horizontes de lutas, já não basta mais realizar apenas as campanhas salariais / reivindicatórias, é preciso, incluir de forma firme e decidida o tema redução da jornada de trabalho na agenda sindical atual.
278. Para Impulsionar a Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução de Salário propomos:
- a) *Fazer lutas, movimentos, realizar campanhas de esclarecimentos aos trabalhadores e à opinião pública sobre a necessidade e viabilidade da redução de jornada, sem redução dos salários diretos e indiretos, inserindo-a como reivindicação permanente nas pautas, em situações de lutas e mobilizações.*
 - b) *Tornar permanente a luta pela redução da jornada sem redução nos salários e contra o desemprego.*
 - c) *Assegurar a Quinta turma para trabalho em turnos, com 36 horas semanais, para os turnos ininterruptos de revezamento.*
 - d) *Lutar pela ratificação da convenção 158 da OIT;*
 - e) *Lutar por políticas de geração de emprego.*

- f) *Combater e denunciar as práticas das empresas de utilizar o tempo de descanso do trabalhador para a realização de treinamentos, palestras, seminários etc.*

SAÚDE DOS TRABALHADORES/AS

279. A saúde é hoje o maior patrimônio dos trabalhadores e trabalhadoras, neste sentido, devemos envidar todos os esforços no sentido de preservar a saúde dos/as trabalhadores/as, melhorar as condições de segurança nos locais de trabalho, combater as situações de trabalho que levam a acidentes fatais, mutilações, doenças profissionais e adoecimento físico e mental.
280. As doenças relacionadas ao trabalho, especialmente as LER/DORT e o assédio moral, estão disseminadas em todo país, fruto das péssimas condições de ambiente de trabalho, que geram por um lado muito lucro aos patrões e por outro grande número de trabalhadores/as lesionados/as, com sintomas que poderão se transformar em doenças ocupacionais.
281. As doenças relacionadas ao trabalho e o assédio moral acontecem em todas as categorias profissionais, sendo que o assédio moral é a forma mascarada de dominação que aparece é percebida pelos trabalhadores/as através de um conjunto de humilhações, constrangimentos, maus tratos e sofrimentos a que estes estão submetidos.
282. Devemos atuar em defesa da melhoria das condições de trabalho, por programas de prevenção e assistência aos trabalhadores/as sob risco de acidentes e doenças ocupacionais e no sentido da responsabilização e punição das empresas que provoquem danos ao meio-ambiente e à saúde do trabalhador/a;

Em defesa da estabilidade ao Trabalhador/a acidentado e pelo fim da alta programada

283. O atual quadro de precarização das condições de trabalho, saúde e segurança que os/as trabalhadores/as estão submetidos, tem levado a inúmeros acidentes de trabalho com longos períodos de afastamentos do trabalho e graves seqüelas, mutilações e até morte de trabalhadores/as.
284. Outro fator que tem criado muitas dificuldades aos trabalhadores/as acidentados e/ou doentes é a política adotada pelo INSS, que tem (sem muitos critérios lógicos) concedido alta médica sem que os/as trabalhadores/as tenham condições concretas de retorno ao trabalho, gerando uma série de impasses e constrangimentos aos/as trabalhadores/as quando do retorno as empresas pois os mesmos ou não tem a mínima condição de retomar suas funções ou as empresas não aceitam o retorno, causando prejuízos econômicos, sociais e psicológicos aos mesmos pois o pagamento dos benefícios são suspensos e as referidas empresas não efetuam os pagamentos.
285. É necessário que os Sindicatos do Ramo rompam os limites das denúncias e exijam das empresas investimentos na prevenção dos acidentes e às doenças provocadas pelo trabalho, deve-se incluir nas pautas cláusulas para estas questões bem como a garantia de estabilidade aos/as trabalhadores/as acidentados/as.

286. É necessária também a realização de uma ampla campanha em defesa da saúde e da vida do trabalhador, bem como, organizar ações e manifestações em defesa da Previdência Pública.

Aposentadoria Especial

287. A luta em defesa da aposentadoria especial para os/as trabalhadores/as de todos os segmentos que compõem o ramo químico é bastante antiga, e as reformas da previdência social dos últimos anos vêm em alguma medida dificultando/impossibilitando a concessão destes benefícios.
288. É urgente e necessário o estabelecimento de parâmetros únicos, baseados nos melhores parâmetros internacionais, no que se refere a atividade penosa, insalubre ou perigosa, tanto por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, quanto pelo Ministério da Previdência Social.
289. É necessário também que os laudos técnicos, tenham o acompanhamento obrigatório dos segurados e dos Sindicatos em sua elaboração, para tanto é necessário o detalhamento das atividades penosas, insalubre ou perigosa para efeito previdenciário e trabalhista, bem como, é necessário que os sindicatos do ramo ampliem a luta em defesa da aposentadoria especial.

Reafirmar as Convenções Coletivas como ferramentas de luta em defesa dos trabalhadores dos Setores de Prensas Injetoras, Máquinas de Sopro e Moinhos

290. Uma das experiências importantes para melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores/as é a celebração de convenções coletivas para o segmento Plástico que envolve os setores de Prensas Injetoras, Máquinas de Sopro e Moinhos.
291. Estas convenções são fruto de esforços dos Sindicatos e Federações de Trabalhadores do Setor Químico e Plástico do Estado de SP, Poder Público (DRT e MTE) e setores empresariais.
292. Os objetivos principais destas convenções são:
- a) *Garantir a saúde física e a integridade dos/as trabalhadores/as.*
 - b) *Garantir a estabilidade de emprego a trabalhadores/as acidentados/as.*
 - c) *Definir elementos para a modernização e adequação dos locais e condições de trabalho.*
 - d) *Implantação das CPNs – Comissões Permanentes de Negociação. Estas comissões Permanentes de Negociação têm caráter tripartite e tem como principal tarefa: apurar a responsabilidade inclusive criminal ou civil quando da ocorrência de acidentes, estabelecer indenizações aos acidentados/as.*
 - e) *Treinamento e capacitação dos trabalhadores e apoio aos acidentados.*
293. Como dito antes, os acidentes e processos de adoecimentos seja profissional, físico e mental ocorrem em todas as categorias, neste sentido, é de fundamental

importância buscar implementar em convenções coletivas similares as do setor plástico em todos os segmentos do ramo.

294. A próxima luta é a celebração de convenção coletiva para o setor farmacêutico, que já está em tratativa entre a representação sindical, setor patronal e poder público (DRT e MTE), onde a ocorrência de contaminações por contato com produtos químicos é bastante frequente.
295. Portanto, é de fundamental importância que a CNQ/CUT oriente os Sindicatos filiados a provocarem os setores: Poder Público e Empresarial a implantar convenções coletivas como as existentes em SP no sentido de garantir melhores condições de vida e saúde aos trabalhadores/as.
296. Entendemos que quanto mais organizadas forem as ações em defesa da saúde e da melhoria das condições de trabalho, mais avançaremos na preservação dos direitos dos/as trabalhadores/as.

POLÍTICAS ORIENTADORAS DE FORMAÇÃO SINDICAL

297. A CNQ em parceria com os Sindicatos filiados realizou neste mandato o programa Formaquim nos seguintes estados: São Paulo, Paraná, Bahia, Amazonas, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro.
298. A política de formação implementada em âmbito nacional através do Programa Formaquim, tem demonstrado ser acertada e tem sido uma ferramenta eficaz para atender parte das demandas de formação dos Sindicatos nas diversas regiões.
299. Visando atender a crescente demanda dos sindicatos do ramo e diminuir a médio prazo os custos com deslocamento dos educadores/as e valorizando assim as lideranças das regiões, para este novo mandato da direção da CNQ, propomos que além da execução dos cursos do programa Formaquim nas regiões, seja realizado também um curso de “F.F. – Formação de Formadores/as”, objetivando capacitar dirigentes e assessores/as dos sindicatos em nível nacional para atuarem como multiplicadores do programa nas respectivas regiões de atuação.
300. A CNQ convoca os Sindicatos do ramo químico a fortalecerem e implementarem políticas de formação com objetivo a ampliar a consciência de classe dos trabalhadores, da militância e dos dirigentes, fortalecendo assim as ações classistas a partir dos locais de trabalho em todos os níveis.
301. Devemos também:
 - a) *Abordar em todo processo formativo e em nossa ação sindical, a questão da luta de classes; concepção e prática sindical; sindicalismo e socialismo;*
 - b) *Orientar para que os programas formativos façam sempre recorte de Gênero, Raça, Etnia, Orientação Sexual, bem como aborde temas como: Juventude, Idosos, Meio Ambiente, pessoas com deficiências, saúde e segurança etc.*

PLANO DE LUTAS E AÇÕES

302. O VII Congresso da CNQ/CUT delibera que devemos lutar:

- a) *Em defesa do Trabalho Decente, contra a terceirização e demais formas de precarização das relações de trabalho.*
- b) *Pela geração de empregos de qualidade, pela distribuição de renda e pela inclusão social.*
- c) *Pela redução da Jornada de Trabalho sem redução de salários, pelo fim das horas extras, pela ratificação da convenção 158 da OIT, pela 5ª turma de revezamento com jornada limitada à 36 horas semanais.*
- d) *Em defesa do poder de compra dos salários e pela recuperação do poder de compra do salário mínimo.*
- e) *Pelo aumento real de salários e pela ampliação dos direitos dos trabalhadores/as.*
- f) *Por uma nova Estrutura Sindical que assegure liberdade e autonomia sindical.*
- g) *Em defesa da saúde e segurança do trabalhador/a e em defesa do Meio Ambiente.*
- h) *Pela universalização do direito à Seguridade Social, contra qualquer tipo de Reforma que retire direitos da classe trabalhadora, contra reformas tributárias que eliminem impostos diretos e contribuições de caráter previdenciário e Social ou diminuam tributos sobre a Folha com caráter previdenciário.*
- i) *Pela implantação de OLTs – Organização nos Locais de Trabalho.*
- j) *Contra o Assédio moral e sexual.*

303. Devemos também:

- a) *Participar de todas as Lutas/Campanhas/Jornadas convocadas pela CUT.*
- b) *Desenvolver campanhas pela correção da tabela do imposto de renda, no mínimo, pelos mesmos índices oficiais de inflação, para que os pagamentos dos prêmios de PLR, as reposições salariais e reajustes conseguidos pelos trabalhadores/as, não sejam “engolidos” no pagamento do Imposto de Renda.*
- c) *Pela desoneração de salário e da PLR como renda e pela taxaçaõ das grandes fortunas.*

304. A CNQ/CUT deverá também:

1. *Propor aos Sindicatos do Ramo a realização de campanhas nacionais contra a terceirização, a prática de horas extras, o trabalho temporário, e em defesa do direito a organização nos locais de trabalho. Propor aos Sindicatos do Ramo que se integram efetivamente na campanha pela redução da jornada sem redução de salários. Construindo fóruns envolvendo a sociedade civil e movimentos sociais para debater o tema.*

2. *Estabelecer uma estratégia de combate à inadimplência dos sindicatos do ramo junto a CUT e a CNQ.*
3. *Proporcionar debates sobre “modelo de organização sindical para o ramo químico”.*
4. *Propor aos Sindicatos do Ramo que se integrem a campanha pela ratificação da Convenção 158 da OIT sobre o fim da demissão imotivada.*
5. *Estabelecer intercâmbios com entidades sindicais internacionais ligadas ao ramo químico*
6. *Fortalecer as relações com a IndustriALL, contribuir e participar das Campanhas Mundiais sobre: Terceirização, Equidade de Gênero, Juventude, etc.*
7. *Fortalecer o diálogo com a IndustriALL na implementação e fortalecimento das Redes de Trabalhadores e criar espaços de socialização de experiências com objetivo de ampliação das Redes de Trabalhadores nas Empresas Multinacionais contribuindo na luta pela globalização de direitos.*
8. *Incentivar ações pelo Direito de Recusa ao Trabalho em Condições de Risco Grave e Iminente.*
9. *Aprofundar o debate sobre biossegurança e transgênicos/ benzeno/ mercúrio/ amianto, nanotecnologia, criar GTs, e realizar seminários sobre esses temas.*
10. *Orientar os sindicatos sobre a importância de participarem dos Centros de Referência do Trabalhador. Ampliar o apoio e a cobrança da efetiva implantação da RENAST, com a consolidação do CRSTs existentes.*
11. *Manter e ampliar a luta pela extinção da subnotificação, denunciando e combatendo as práticas das empresas, dos SEMTS e das perícias médicas do INSS.*
12. *Trabalhar para que o INSS ingresse com as ações regressivas contra todas as empresas onde há acidentados e doentes ocupacionais.*
13. *Lutar contra a Alta programada - contra o retorno do trabalhador ao serviço, sem estar apto.*
14. *Fortalecer e ampliar a luta pela manutenção do SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) Público.*
15. *Realizar atividades de formação e capacitação, através do programa de Formação em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente.*
16. *Participar juntamente com os Sindicatos ativamente da luta pelo fim do Fator Previdenciário, posicionando-se contrária a toda e qualquer proposta de flexibilização de direitos dos trabalhadores.*
17. *Estimular a produção de publicações culturais e específicas nas questões de juventude e raça e trabalhadores com deficiência (respeitando os parâmetros de acessibilidade).*
18. *Estimular a criação no ramo de um Coletivo Nacional sobre a questão racial, bem como, incentivar a criação de coletivos sobre a questão racial nos Sindicatos do Ramo.*
19. *Propor a realização de seminários e palestras com temas referentes à questão racial e ao combate as discriminações dos trabalhadores com deficiência e erradicação do trabalho infantil.*

20. Acompanhar as atividades propostas pela CUT sobre a questão racial e juventude.
21. Incentivar o combate a todas as manifestações discriminatórias em relação aos negros, mulheres, idosos, homossexuais, acometidos de doenças físicas e contagiosas (AIDS), pessoas com deficiências ou qualquer outra forma de discriminação social.
22. Fortalecer Secretaria de Políticas para a Juventude do ramo, bem como, incentivar a criação e /ou fortalecer os Coletivos de juventude dos Sindicatos.
23. Propor aos Sindicatos do Ramo a realização de uma campanha de sindicalização específica para a juventude e mulheres.
24. Propor a realização de Encontros da Juventude Trabalhadora em âmbito: Nacional, regional, setorial e por Sindicato.
25. Atuar nos espaços permanentes de políticas públicas de interesse da juventude trabalhadora, dos idosos e demais seguimentos.
26. Propor a inclusão nas pautas das negociações coletivas das questões específicas do segmento juvenil de trabalhadores, aposentados e pensionistas.
27. Propor aos Sindicatos do Ramo o fortalecimento das organizações de aposentados a nível local, estadual e nacional.
28. Incentivar a participação das Associações de aposentados do Ramo a apoiarem e participarem de todas as lutas chamadas pela CUT.
29. Propor a realização de seminários e cursos baseados na situação jurídica atual para debater a Aposentadoria Especial.
30. Propor a realização em conjunto com a secretaria de formação de Seminário para debater as diversas formas de organização no local de trabalho e definir um modelo de organização para o Ramo.
31. Organizar juntamente com as secretarias setoriais, regionais e formação, um seminário para debater: Políticas de organização dos sindicatos nos ramos e a construção das federações estaduais e interestaduais.
32. Acompanhar os processos eleitorais nos Sindicatos do Ramo, bem como, apoiar as oposições Sindicais do Ramo reconhecidas pela CUT.
33. Dar continuidade ao programa FORMAQUIM - Programa de Formação de Dirigentes e Militantes Sindicais em nível nacional.
34. Buscar formas de articular os programas de formação da CNQ com os programas dos Sindicatos do ramo.
35. Articular em conjunto com as secretarias regionais, setoriais e Sindicatos do Ramo, a realização de um programa de FF - Formação de Formadores, com objetivo de capacitar os dirigentes e assessores sindicais para a aplicação do programa de formação sindical nas diversas regiões representadas pela CNQ/CUT.
36. Articular, em conjunto com a CNQ/CUT cursos de inclusão digital para a categoria e diretoria sindical.
37. Fortalecer a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CNQ e incentivar e fortalecer a Criação de Secretarias e/ou Coletivos de Gênero nos Sindicatos do Ramo.

38. *Propor a realização de campanhas que fortaleçam as convenções da OIT sobre Gênero e/ou mulheres com o objetivo de construir e fortalecer novas relações de Gênero.*
39. *Estabelecer um plano de trabalho para as mulheres trabalhadoras do ramo a fim de criar um vínculo mais orgânico entre as trabalhadoras, o Sindicato e a CNQ.*
40. *Lutar para ampliar a presença de mulheres nos espaços de representação das categorias com: CIPAS, comissões de fábricas, delegados Sindicais, SUR, direção sindical, mesas de negociação etc.*
41. *Lutar pela manutenção e/ou ampliação dos direitos conquistados tais como licença maternidade, creches e o auxílio creche, etc.*
42. *Combater a reprodução das discriminações sociais de gênero e raça em todos os níveis.*
43. *Propor a realização de seminários, encontros, sobre temas referentes à questão da mulher trabalhadora, e a situação da mulher no mercado de trabalho e na sociedade.*
44. *Solicitar aos Sindicatos do Ramo, informações para consolidar o banco de dados sobre a situação da mulher trabalhadora no ramo.*
45. *Fortalecer e apoiar o comitê de mulheres e de juventude da IndustriALL.*
46. *Lutar pelo caráter obrigatório da licença maternidade de seis meses.*
47. *Propor aos Sindicatos do Ramo a realização de uma ampla campanha por creches para os filhos e filhas dos trabalhadores/as.*
48. *Propor aos Sindicatos do Ramo, que seja garantida nas atividades e eventos sindicais, infraestrutura e creche para filhos/as das/os trabalhadoras/es.*
49. *Orientar os Sindicatos do Ramo a lutarem em defesa intransigente da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e pela construção de novas relações sociais de gênero.*
50. *Propor aos Sindicatos do Ramo, que as reivindicações específicas das mulheres façam parte permanente das pautas de reivindicações nas negociações coletivas e que seja garantida a presença de mulheres nas mesas de negociação.*
51. *Lutar contra a dupla jornada de trabalho da mulher e para que o trabalho no âmbito doméstico e familiar seja compartilhado com o companheiro.*
52. *Combater a violência de gênero, racial e homofóbica no trabalho, como o assédio sexual e moral, bem como, combater a violência contra a mulher nos locais de trabalho e na sociedade e sindicatos.*
53. *Orientar os sindicatos e Federações a realizar seminários sobre os temas de Gênero, raça e assédio moral e sexual.*
54. *Orientar os sindicatos a colocarem na pauta de negociação coletiva a inclusão no rol de exames periódicos os exames de Mamograma, Papanicolau e PSA.*
55. *Potencializar o uso da página da CNQ como ferramenta de divulgação de matérias e informações para o ramo químico.*
56. *Articular em conjunto com as secretarias regionais, setoriais e Sindicatos do Ramo, a realização de um Seminário Nacional para debater políticas de comunicação sindical para o Ramo.*

57. *Realizar plenárias regionais periódicas para aprofundar o debate sobre temas da agenda sindical.*
58. *Acompanhar as campanhas salariais e reivindicatórias dos segmentos do ramo no seu âmbito de atuação.*